



Em 30 de janeiro de 2015

Nº 534 - Processo n.º 5300.011835/2014, Aplica à empresa SPE-EDBIT TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ n.º 10.465.817/0001-99, a sanção de multa no valor de R\$ 110,00 (cento e dez reais) por violação do disposto no artigo 39, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução n.º 272, de 9 de agosto de 2001, com fundamento no artigo 3º, inciso II, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 589, de 7 de maio de 2012.

ROBERTO PINTO MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.436, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53500.020157/12. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PINDORAMA - RADCOM - Pindorama/SP - Canal 285. Autoriza o Uso de RF.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.437, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53500.019919/13. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VINHOSA - RADCOM - Itaperuna/RJ - Canal 199. Autoriza o Uso de RF.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.439, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53500.014159/13. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CALIFORNIA - RADCOM - Califórnia/PR - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.440, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53500.016318/13. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESCOLA PARQUE - RADCOM - Chapecó/SC - Canal 286. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.441, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53500.029336/13. ASSOC. NOVA MIDHIA - RADCOM - Sapiranga/RS - Canal 200. Autoriza o Uso de RF.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.442, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53500.022105/13. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL AMIGOS DE TAVARES - RADCOM - Tavares/RS - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.443, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53500.022110/13. ASSOCIAÇÃO CULTURAL MORADA DO SOL - RADCOM - Goiânia/GO - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.444, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53500.025093/13. ASSOC. COMUNIT. DESENV. CULTURAL E AMBIENTAL DE CURVELÂNDIA - RADCOM - Curvelândia/MT - Canal 285. Autoriza o Uso de RF.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.445, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53500.024623/12. ASSOCIAÇÃO DE DESENV. COMUNIT. MORADORES DO BAIRRO ADELAÍDE MENEZES - RADCOM - Sapeaçu/BA - Canal 200. Autoriza o Uso de RF.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.406, DE 9 DE ABRIL DE 2015

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ n.º 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Belo Horizonte/MG, no período de 10/04/2015 a 13/04/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.407, DE 9 DE ABRIL DE 2015

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ n.º 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 15/04/2015 a 20/04/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.427, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Autorizar DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ n.º 83.159.087/0001-71 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Joinville/SC, no período de 12/04/2015 a 30/04/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 9, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Proposta de Alteração do Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM.

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no art. 156 do Regimento Interno da Agência, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013, decidiu submeter a comentários públicos a proposta de alteração de Plano Básico constante dos Anexos, decorrentes de solicitações apresentadas à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, nos termos do art. 211 da Lei n.º 9.472, de 1997, e do art. 17 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 7 de outubro de 1997.

As alterações ora propostas são referentes aos requerimentos apresentados ao Ministério das Comunicações com vistas à adaptação de outorgas do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada nos estados do Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina e têm por objetivo principal o atendimento ao disposto no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União - DOU do dia 8 subsequente, e na Portaria MC n.º 127, de 12 de março de 2014, publicada no DOU do dia 13 subsequente.

Pretende-se obter contribuições fundamentadas sobre as propostas contidas na presente Consulta Pública, que contemplem, entre outros aspectos:

a) uso racional e econômico do espectro de frequências, inclusive pela utilização da potência mínima necessária para assegurar, economicamente, um serviço de boa qualidade à área a que se destina;

b) condições específicas de propagação.

Ressalta-se que a aprovação das propostas de inclusão identificadas na coluna observação com as letras (ZC) está condicionada, além dos comentários da presente consulta, à anuência de Administrações Estrangeiras (Argentina, Paraguai e Uruguai).

O texto completo das propostas de alteração do PBFM estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet <http://www.anatel.gov.br> relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 30 de abril de 2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.624, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo n.º 53000.012797/2008-10, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO EDUCAR S/S BRASIL, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de PINHAIS/PR, o canal 58 (cinquenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 734 a 740 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto n.º 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento factual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.047, DE 27 DE MARÇO DE 2015

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53900.010958/2015-16, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria n.º 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Rádio e Televisão Atalaia Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Óbidos, estado do Pará, utilizando o canal 10- (dez decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a TV Omega Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.134, DE 13 DE MARÇO DE 2015

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53900.027500/2014-15, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria n.º 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela TV da Cidade Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de São Lourenço da Serra, estado de São Paulo, utilizando o canal 52- (cinquenta e dois decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Sistema Nativa de Comunicações Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANCA

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2014

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

CNPJ: 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.30000223-1

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

A Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras, sediada no Setor Comercial Sul, SCS, Quadra 9, Bloco B, Salas 301 a 305, Brasília - DF, CEP 70.308 - 200, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, endereço eletrônico www.telebras.com.br, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.336.701/0001 - 04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei n.º 5.792, de 1/07/1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, através do Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 7/04/2011, portanto reger-se pela Lei n.º 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM -, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis (adiante simplesmente "Telebras" ou "Companhia").

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia tem direcionado seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga - PNBL - Decreto 7.175/2010; (ii) estar cada vez mais apta a atender ao que determina o Decreto n.º 8.135/2013; e (iii) ampliar sua carteira de clientes corporativos.

Projetos Especiais também estiveram e estão no foco das ações da Telebras, são eles: (i) a aquisição do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.



O ano de 2014 representou um marco na história da Companhia: nunca uma copa do mundo de futebol teve todos os seus jogos transmitidos a partir de uma rede de telecomunicações formada integralmente por fibras ópticas e a Telebras foi a protagonista deste feito.

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2014, dos objetivos estratégicos da Companhia, destacam-se:

a. PNB: A rede de telecomunicações da Telebras dispõe de 28,7 mil km de fibras ópticas, sendo que 21 mil km estavam em operação ao final de 2014. Em comparação com 2013, são mais 4,3 mil km de fibras ópticas, fruto da execução dos investimentos previstos para o exercício. Da totalidade, os demais 7,7 mil km referem-se a trechos detidos pela Telebras e que ainda estão em processo de projeto, implantação e aceitação;

b. Estações em Operação: Em 31/12/2014, a Telebras estava presente em 23 dos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Ao todo, são 321 Estações, distribuídas pelo Território Nacional e que permitem o atendimento aos clientes da Companhia. Em relação a 2013, são 92 novas Estações;

c. Municípios Cobertos: Com a rede de telecomunicações ampliada, a Telebras pôde ofertar serviços diretamente a 412 municípios, com o que se atingiu cerca de 44% da população brasileira, equivalente a 25,5 milhões de domicílios;

d. Atuação Comercial: O ano de 2014 encerrou com 183 contratos comerciais e termos de aditamentos assinados e mais de 30 Gbps de banda ativada. Isso representou um acréscimo de banda de cerca de 172% (cento e setenta e dois por cento) quando comparado ao ano de 2013 e consequentemente um aumento significativo na receita de serviços prestados, como se verá adiante. Deve-se destacar os contratos firmados com o Exército, com o Ministério das Comunicações e com diversas empresas para atendimento ao evento Copa do Mundo 2014. As solicitações de aumento de banda por parte dos clientes reafirmam a qualidade dos serviços prestados pela Telebras e consolidam a relação entre a Companhia e seus clientes.

e. Projetos Especiais:

1. Projeto SGDC - Assinado em novembro de 2013, o Contrato de Aquisição e Fornecimento, Integração, Lançamento e Operação Assistida do Sistema Satelital Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas com a VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. continua em pleno e regular curso e o lançamento do artefato está previsto para o último trimestre de 2016;

2. Copa do Mundo - A prestação dos serviços de telecomunicações permitiu a transmissão de áudio e vídeo a partir das doze sedes da Copa do Mundo e foi a demonstração inequívoca da maturidade da rede de telecomunicações da Telebras pelo grau de excelência com o qual os serviços foram prestados, motivo de elogio das partes envolvidas e abertura de oportunidades para novos negócios;

f. Projetos Estruturantes: A atual Telebras conta com pouco mais de quatro (04) anos de atividade, e desde a sua reativação muitos foram e são os objetivos e as metas traçadas, daí a necessidade de continuar a implantação e desenvolvimento de muitos projetos estruturantes que vão desde a gestão de pessoas à operação da rede, passando pelos necessários controles orçamentários, financeiros e administrativos.

II. FINANÇAS

a. Estrutura Patrimonial da Companhia - Principais Rubricas

1. Recursos para Aumento de Capital - No exercício de 2014, foram aportados recursos da ordem de R\$ 329.463 mil pelo Acionista Controlador para futuras incorporações ao capital social da Telebras, tudo em conformidade com as previsões constantes da execução orçamentária do Ministério das Comunicações. Tomando-se o saldo existente em 31/12/2013 (R\$ 419.872 mil), somados o aporte e a atualização pela Taxa SELIC (R\$ 58.405 mil), encontra-se o saldo atual de R\$ 807.740 mil.

2. A Estrutura Patrimonial - Principais alterações e índices de evolução podem ser visualizados na tabela a seguir:

Rubricas	Exercícios Findos em:					
	2014			2013		
	Valor	AV %	AH %	Valor	AV %	AH %
Ativo Circulante	326,9	17,8	-43,1	574,3	49,0	-10,5
Ativo Não Circulante	1.506,5	82,2	151,6	598,7	51,0	73,3
Imobilizado	1.240,1	67,6	191,6	425,2	37,4	103,1
Ativo Total	1.833,5	100,0	56,3	1.173,1	100,0	18,8
Passivo Circulante	469,7	25,6	62,2	289,5	27,4	60,3
Passivo Não Circulante	1.361,9	74,3	77,5	767,0	72,6	75,4
Passivo Exigível	1.831,6	100,0	73,4	1.056,5	100,0	41,1
Patrimônio Líquido	1,9	0,1	-98,4	116,6	9,9	-54,6
Passivo Total	1.833,5	100,0	56,3	1.173,1	100,0	18,8

Análise Vertical (AV) = Participação percentual em relação ao agregado superior.

Análise Horizontal (AH) = Evolução % em relação ao ano anterior.

3. Ativo Total (Bens e Direitos à Disposição da Companhia) - Evolução. Crescimento da ordem de 56,3% em relação a 2013. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador.

ATIVO TOTAL

2014	2013
1.833.542	1.173.060

4. Ativo Circulante e Ativo Não Circulante - Ressalte-se que, enquanto os itens do Ativo Não Circulante apresentaram evolução da ordem de 151,6% em relação ao exercício anterior, o Ativo Circulante apresentou decréscimo de 43,1% no mesmo período, refletindo a transferência de recursos desse grupo para o do Imobilizado, que apresentou evolução da ordem de 191,6% no exercício, em outras palavras, a redução dos valores de liquidez imediata ensejou o aumento significativo dos ativos de expansão da rede de telecomunicações da Telebras.

ATIVO CIRCULANTE

2014	2013
326.990	574.327

ATIVO NÃO CIRCULANTE

2014	2013
1.506.552	598.733

ATIVO IMOBILIZADO

2014	2013
1.240.145	425.215

5. Imobilizado - Essa evolução do Imobilizado, que já representa 67,6% do total do Ativo da Telebras, demonstra, ano a ano, o aumento dos investimentos da Companhia, visando à consecução dos seus objetivos institucionais.

6. Passivo Circulante e Passivo Não Circulante - O Passivo Circulante apresentou aumento de 62,2% no período, em decorrência principalmente da majoração na Conta Fornecedores, que apresentou crescimento de 162,7% em relação a 2013. Já o Passivo Não Circulante apresentou um aumento de 77,5% por conta basicamente da obrigação da Companhia para com o Acionista Controlador (AFAC - adiantamento para futuro aumento de capital), obrigação essa que será convertida em futuro aumento de capital.

PASSIVO CIRCULANTE

2014	2013
469.744	289.525

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

2014	2013
1.361.952	766.952

Ainda dentro do Passivo Não Circulante, a empresa realizou a captação de financiamento junto a FINEP - Inovação e Pesquisa -, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no projeto SGCD - Sistema Geostacionário de Defesa e Comunicação Estratégica -, o que contribuiu para o seu crescimento. Do valor total do financiamento, foi recebida em 2014 a primeira parcela no valor de R\$ 103.363 mil.

7. Passivo Exigível e Ativo Total - Quando se toma os dados relativos ao Passivo Exigível e do Ativo Total, observa-se que o grau de endividamento em 31/12/2014 é de 99%, enquanto que era de 90,1% no exercício findo em 2013. No entanto, excluindo-se os valores destinados ao aumento de capital, os dados apontam para um equilíbrio entre os graus de endividamento verificados nos exercícios de 2012 e 2013 e 2014 (56,75%, 54,27% e 55,8% respectivamente).

PASSIVO EXIGÍVEL X ATIVO TOTAL

2014	2013
1.831.696	1.833.542

8. Patrimônio Líquido - A redução do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorre do prejuízo apurado neste ano, que foi de R\$ 117.358 mil.

Descrição	2014	2013
Patrimônio Líquido	1.846	116.583
Capital Social	263.145	263.145
Prejuízos Acumulados	(263.104)	(145.746)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.916	(705)
Adições em Tesouraria	(111)	(111)

b. Estrutura Econômica da Companhia - Principais Rubricas

1. Receitas Operacionais - Os números relativos às receitas operacionais devem ser analisados tendo-se em vista dois cenários distintos. Em números absolutos, apresentam queda em relação ao exercício anterior da ordem de 26,4%. Ocorre que, em 2013, foi computada a receita proveniente dos serviços prestados quando da Copa das Confederações (aproximadamente R\$ 30 milhões), enquanto que o faturamento relativo à Copa do Mundo pode ser observado através dos números da controlada Telebras Copa.

RECEITAS OPERACIONAIS

2014	2013
31.096	42.236

Se, no entanto, observar-se as receitas operacionais perenes, isto é, aquelas decorrentes de contratos com clientes, excetuados os valores provenientes de dois contratos episódicos (Copa das Confederações e Copa do Mundo), tem-se um cenário de evolução consistente nos últimos três anos, a saber:

RECEITAS OPERACIONAIS (EXCETO COPA)

2014	2013	2012
31.096	14.100	2.292

2. Custos dos Serviços Prestados e Despesas Operacionais - O aumento significativo é consequência dos custos associados à manutenção do Backbone (rede de fibra óptica de longa distância) existente e ampliado em 2014, representado também pelo aumento das despesas relativas ao aluguel de infraestruturas, depreciação, custos com operação e manutenção de rede, que deve ser rentabilizada no decorrer de 2015 e em exercícios seguintes, com vistas à ampliação do faturamento.

Dentro do contexto operacional da Companhia, as despesas administrativas estão consentâneas com as necessidades de expansão.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

2014	2013
171.097	47.044

c. Execução Orçamentária

1. Dados da Execução Orçamentária - Com base no Programa de Dispêndios Globais - PDG/2014, aprovado pelo Decreto nº 8.382, de 29 de dezembro de 2014. Os valores realizados foram extraídos do SAP.

Em R\$ milhões

FONTE E USOS	PDG REALIZADO	PDG APROVADO	REALIZAÇÃO (%)
FONTE DE RECURSOS	665,1	799,1	83
Receitas	233,8	175,0	134
Recursos para Aumento de Capital	328,7	348,8	94
Operação de Crédito	102,6	275,3	37
USOS DOS RECURSOS	1.234,1	1.348,4	92
Dispêndios Correntes	351,1	355,6	99
Dispêndios de Capital	883,0	992,7	89

Por dois anos consecutivos, vislumbra-se a capacidade de investir da Telebras, traduzido na aplicação responsável dos recursos que lhe são postos à disposição. Os números indicam o direcionamento dos valores disponíveis em investimentos rumo à consolidação e à rentabilização da sua rede de telecomunicações.

III. MERCADO

No ano 2014, segundo os comunicados feitos à CVM, a Telebras deixou de apresentar ao mercado as informações trimestrais em função do processo de implantação do seu sistema integrado de gestão. Superada as dificuldades, os três ITRs de 2014 foram inseridos no site da CVM respectivamente em 19/02/2015, 26/02/2015 e 09/03/2015.

a. Ações Telebras ON e PN:

As ações ordinárias nominativas - ON - e preferenciais nominativas - PN - de emissão da Telebras vêm sendo negociadas regularmente na BM&FBOVESPA, sob os símbolos TELB3 e TELB4.

Em 2014, no mercado à vista, foi registrado um total de 10.218 negócios, envolvendo uma quantidade de 10,9 milhões de ações e volume de recursos de R\$ 24,1 milhões.

O preço médio de fechamento durante 2014 foi de aproximadamente R\$ 3,14 (três reais e quatorze centavos) por ação ON, e de R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) por ação PN. As ações da Companhia são custodiadas pelo Banco Bradesco S.A.

IV. EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

a. PNBL

1. Dados da Rede Nacional: Como se disse, os investimentos em 2014 possibilitaram a conclusão de 92 novas Estações. O ano foi concluído com 104 estações ainda em fase de implantação.

A rede de telecomunicações da Telebras finaliza 2014 com 321 Estações em operação. Em 31/12/2014, a extensão de toda a sua rede de longa distância (Backbone) em operação totaliza 21 mil km.

O mapa a seguir ilustra o Backbone da Telebras até 31/12/2014 (em azul) e o planejado para 2015 (em vermelho):



LEGENDA:

- Capacidade de terceiros
- FO cedidas - equipadas Telebras
- Backbone implantado até 2014: 21 mil Km
- Backbone planejado para 2015: 28,7 mil Km

b. Projetos Especiais

1. Copa do Mundo

Entre 12 de junho e 13 julho de 2014, a Telebras viabilizou a transmissão de áudio e vídeo do evento Copa do Mundo 2014, o que concentrou esforços de fornecedores, parceiros e colaboradores na operação da rede de telecomunicações nas cidades-sede: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Cuiabá, Natal, São Paulo, Manaus e Curitiba. Nunca é demais lembrar que o evento serviu para ampliação das redes metropolitanas da Companhia nessas cidades, bem como e especialmente aos projetos perenes de ampliação da sua carteira de clientes.

Além de atender às demandas de infraestrutura de telecomunicações nos estádios, a Telebras também foi responsável pelo atendimento de aeroportos e demais pontos de interesse nas localidades do evento. Para tanto, um plano especial de atendimento foi idealizado de modo a corresponder aos níveis de serviços demandados. A operação envolveu todo o Backbone da Telebras e as redes metropolitanas nas doze cidades-sede.

O evento foi considerado um sucesso, sem nenhuma sequer falha nas transmissões de áudio e vídeo, demonstrando a capacidade operativa da Companhia.

b. Projeto SGDC

Como já é de conhecimento público, este Projeto tem como objetivos principais: assegurar ao Brasil sua independência internacional no segmento satelital; garantir que o segmento de defesa e as comunicações estratégicas do país estejam sob controle nacional; atender às necessidades de comunicação do Ministério da Defesa, por meio da qual tráfegarão informações sensíveis e estratégicas para o país; ampliar atendimento às demandas do PNBL; estimular a transferência e absorção de tecnologias. O Cronograma do Projeto prevê a operação do Satélite já para 2017.

c. Cabo Submarino Internacional

O projeto objetiva assegurar ao Brasil sua independência internacional no acesso à Internet, garantir preços competitivos para acesso internacional à Internet. Para tanto, a Telebras pretende constituir uma empresa com o objetivo de construir e operar o cabo submarino a ser lançado entre o Brasil e a Europa. A previsão de investimentos no projeto é da ordem de US\$ 185 milhões.

d. Integração com Outras Redes

O objetivo principal da integração com outras redes é proporcionar a conexão e/ou compartilhamento de redes e de infraestruturas, visando a ampliar a capilaridade da rede de telecomunicações da Companhia. Em 2014, essa integração continuou a ser formalizada por meio de acordos de co-operação e termos de ajuste.

Neste contexto, no ano de 2014, a Telebras celebrou novos acordos de parceria com a INFRAERO, PROCENPA, PRODEPA, PRODAM, TIM e Rede TV Amazonas. Também foram realizados contratos de Exploração Industrial de Linha Dedicada com operadoras de telecomunicações em atendimento aos objetivos societários da Companhia.

V. ATIVIDADES COMERCIAIS

Em 2014, a Diretoria Comercial iniciou suas atividades descentralizadas, com a inauguração dos escritórios regionais de Brasília, Belém, Rio de Janeiro e São Paulo. Para o ano de 2015, estão previstas as inaugurações dos escritórios regionais de Fortaleza, esse já em fase final de implantação, Porto Alegre e Salvador. A implantação dos Escritórios Regionais permitiu também a convocação dos novos concursados aprovados no concurso realizado pela Companhia.

a. Marketing

No ano de 2014, a Telebras teve como objetivo a participação em eventos com foco comercial, no intuito não apenas de promover a marca, mas também de gerar oportunidades de negócios e de relacionamento por meio do contato com o público-alvo dos eventos (provedores, governo, mercado privado e fornecedores), aumentando o seu potencial estratégico, trazendo mais contatos e relacionamentos por meio de uma participação mais ativa e em linha com as principais empresas de telecomunicações. Os eventos comerciais que a Telebras participou em 2014 foram:

1. LAAD Security - 8 a 10 de abril de 2014 - Rio Centro - Rio de Janeiro - RJ;
2. 6º ISP - Abrint - 14 a 16 de maio de 2014 - Maksoud Plaza - São Paulo - SP;

3. SECOP - 28 a 30 de maio de 2014 - Hotel Bourbon Cataratas - Foz do Iguaçu - PR;

4. Futurecom 2014 - 13 a 16 de outubro de 2014 - Transamérica Expocenter - São Paulo - SP.

Os eventos comerciais que a Telebras participou em 2014 reuniram as principais forças de mercado, proporcionaram um ambiente adequado e estimulante para o desenvolvimento de negócios, de relacionamentos, de conhecimentos e a participação em debates, nos quais se discute políticas de inclusão digital, a exemplo do contido no Programa Nacional de Banda Larga e no Decreto 8135/2013. Os principais resultados obtidos:

1. Geração de receita por meio de vendas diretas nos eventos e prospecções de vendas;
2. Criação de um banco de dados qualificado;
3. Geração de vendas/receita por meio do contato com clientes interessados;
4. Contato com fornecedores e empresas que possam gerar negócios e parcerias;
5. Visibilidade para a marca Telebras e a geração de mídia espontânea.

Com o planejamento desenvolvido para o ano de 2014, a Telebras conquistou mais eficiência na participação nos eventos, destacando-se para a quantidade de visitantes atendidos nos estandes, estratégias de marketing, como a distribuição de brindes/coquetel e rotatividade das equipes nos eventos, proporcionando um ambiente adequado para atendimento aos clientes e melhores oportunidades de negócios.

b. Planejamento

Durante o ano de 2014, foram desenvolvidas ações de planejamento de vendas, com criação de metas de receita por segmento (Governo/Parceiros/Interconexão e Escritórios Regionais - com foco no atendimento a prestadores do Serviço de Comunicação Multimídia regionais). Essas metas foram controladas mensalmente e consolidadas trimestralmente de acordo com o planejamento previamente estabelecido.

Outras ações estruturantes continuaram a ser desenvolvidas e aprimoradas, tais como a forma de auxiliar a Gerência de Planejamento quanto ao posicionamento das Estações de Atendimento (EA) e o traçado das redes metropolitanas dentro dos municípios abordados; o Projeto Cidades Digitais, 2012/2013 e 2014/2015, do Ministério das Comunicações, contou com o auxílio da Telebras para encontrar a melhor forma de atendimento para as cidades, a partir de ajustes na metodologia do Indicador Telebras de Ativação (ITA), em consonância com o Decreto nº 8.135/2013. O ITA também subsidiou o planejamento de rede para futuro atendimento às regiões metropolitanas, além de propiciar o aprofundamento dos estudos de mercado para o plano de negócios do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações - SGDC.

c. Vendas

O ano de 2014 encerrou com 183 contratos comerciais e termos de aditamento assinados e mais de 30 Gbps de banda ativada. Isso representou um acréscimo de banda de cerca de 172% (cento e setenta e dois por cento) quando comparado ao ano de 2013 e consequentemente um aumento significativo na receita de serviços prestados. Deve-se destacar os contratos firmados com o Exército, com o Ministério das Comunicações e com diversas empresas para atendimento ao evento Copa do Mundo 2014. Como se disse, as solicitações de aumento de banda por parte da clientela demonstram a qualidade dos serviços prestados pela Telebras, aumentam a média de receita por contrato firmado e consolidam a relação entre a Companhia e seus clientes;

d. Parcerias

A Gerência de Relacionamento com Operadoras e Parceiros realiza a gestão dos instrumentos contratuais, tais como Termos de Cooperação Técnica, Contratos de Permuta, Acordos de Parceria Comercial e Contratos de Cessão de Infraestrutura, firmados com as operadoras de telecomunicações e parceiros privados e de governo, totalizando mais de 45 parcerias, que visam à solidificação do Backbone da Telebras, bem como o aumento da capilaridade da rede de telecomunicações da Companhia.

De destacar-se por justo reconhecimento, a importância fundamental das parcerias para a realização da Copa do Mundo 2014, o que permitiu que a Telebras mantivesse a redundância e confiabilidade dos enlaces que serviram para o tráfego de áudio e vídeo dos jogos realizados nesse evento.

VI. PROJETOS ESTRUTURANTES

Muitos são os projetos estruturantes em curso. Alguns deles:

a. Gestão de Pessoas: Política de Gestão de Pessoas: (i) Plano de Carreira e Remuneração (PCR), aprovado em sua totalidade, com homologação pelo Ministério do Trabalho e Emprego; (ii) implantação do sistema de progressão funcional, através de criterioso processo de avaliação de desempenho por competências e resultados; (iii) dimensionamento da força de trabalho da Telebras em cada uma das suas gerências, com o estabelecimento das dotações necessárias a cada competência regimental; (iv) elaboração do programa de capacitação e desenvolvimento; e (v) continuidade da convocação gradativa dos aprovados para admissão a partir do Concurso Público realizado em 2013;

b. Gerência Jurídica: Consolidação da subequipe de gestão de riscos processuais, que tem como objetivo proporcionar segurança e rastreabilidade das informações relativas à contingência e provisão jurídica, bem como o controle mensal sistêmico dos processos judiciais e administrativos.

c. Geral:

1. Escritórios Regionais: Consolidação dos Escritórios Regionais de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belém, com foco na atuação comercial, sem prejuízo da centralização em Brasília das principais atividades empresariais;

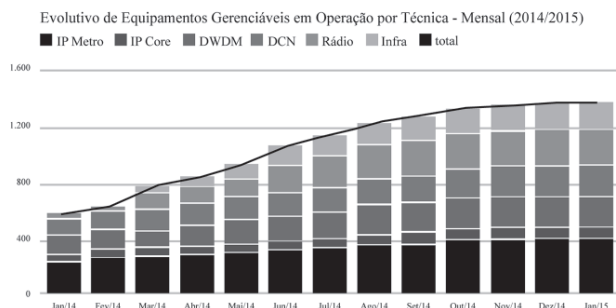
2. Sistema de Gestão Integrada - SGI - SAP: Em novembro de 2013, deu-se o início da implantação de um sistema de gestão integrada (SAP), ferramenta que objetiva consolidar e aglutinar todas as informações operacionais e gerenciais necessárias para o aprimoramento da gestão da Telebras, instrumento que permeia os processos das Gerências de Gestão de Pessoas, Fiscal e de Controle (Contabilidade), Financeira e Orçamentária, Compras e Contratos, as Gerências da Diretoria Comercial e da Diretoria Técnico-Operacional. Apesar dos expressivos objetivos alcançados em 2014, mercê da atuação denodada de seus Colaboradores, a conclusão do processo de implantação do SAP ainda continuará exigindo o constante comprometimento de todos, o que não impede nem desautoriza a indiscutível constatação de que os controles internos da Companhia estão em outro patamar de segurança e confiabilidade, como comprovam as demonstrações financeiras anexas.

d. Gerência de Operação e Manutenção

1. Centro Integrado de Gerência de Rede - CIGR/NOC (Network Operation Center): No âmbito da Operação e Manutenção da rede de telecomunicações da Telebras, foi consolidada a implantação do Centro Integrado de Gerência de Rede - CIGR/NOC, localizado em Brasília, responsável pelas atividades de monitoramento, desempenho e análise de tráfego, tratamento e escalonamento de incidentes, aceitação de estações, gestão de mudanças, ativação e configuração de clientes, com os respectivos níveis de serviço. O CIGR/NOC foi fundamental para a gestão operacional da rede nacional de longa distância e as redes metropolitanas que atenderam o evento da Copa do Mundo de 2014, coordenando todas as atividades dos mais de duzentos profissionais próprios e terceirizados alocados regionalmente durante a operação do evento;



2. Representado no gráfico abaixo, o crescimento dos equipamentos gerenciados na rede da Telebras foi expressivo, o que demonstra a complexidade operacional da planta da rede nacional de longa distância (Backbone) e das redes metropolitanas.



e. Gerência de TI:

O ano de 2014 foi marcado pela busca do aumento de maturidade dos processos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), com implementação de processos de governança e gestão, visando à definição de ações preditivas, não reativas, e ao atendimento da continuidade e aperfeiçoamento dos negócios da Companhia.

Para tanto, a Gerência de TI, em consonância com outras gerências da Telebras, participou da definição de arquitetura de TI, processos ITIL de gestão (como o de Mudanças), Gestão de Riscos e Gestão de Contratos. Entre as iniciativas executadas, destacam-se a aquisição de:

1. solução de armazenamento, que visa a atender, nos próximos cinco anos, a necessidade de armazenamento dos arquivos da Companhia, além de possibilitar melhorias no registro e guarda de informações estratégicas;
2. solução de videoconferência para interligação dos escritórios regionais (Belém, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Brasília) e a Matriz, sobretudo para a diminuição de custos e melhora na comunicação empresarial;
3. Switches, para compor redundância de rede do datacenter e aumentar a confiabilidade ao seu acesso;
4. Contrato de Fábrica de Software, a partir de levantamento das demandas de negócio existentes, que visa a atender objetivos estratégicos, definidos a partir de critérios de prioridade, criticidade e complexidade;
5. Sistema de Controle de Ordens de Serviço (SICOS): Responsável por gerar e controlar todas as ordens de serviço emitidas pelas áreas técnicas da Companhia;
6. Software jurídico integrado para gerenciamento de processos judiciais e consultivos, para agilizar o controle de processos, com interoperabilidade a todos os tribunais de todas as instâncias do país, permitindo ainda a inserção, extração, troca, armazenamento de informações, peças processuais, catalogação e sigilo das informações.
7. Além disso, outros sistemas estiveram em foco para constante aperfeiçoamento. De destacar-se o Sistema de Indicadores (Anatel), responsável por centralizar os indicadores mensais que a empresa deve encaminhar à Anatel; Sistema de Service Desk (SDM), responsável por controlar os tickets de incidentes e solicitações de microinformática da TI; Sistema de Monitoramento e Controle de Obras (SIMEC), que propiciou evoluções de mecanismos de controle de cronogramas e acompanhamento das obras.

f. Segurança da Informação e Comunicações: Com a elaboração da POSIC (Política de Segurança da Informação e Comunicação) e normas internas correlatas, intensificaram-se os processos de conscientização e capacitação dos colaboradores, a fim de garantir que a segurança da informação mantenha-se no mesmo e alto grau de atenção, numa dinâmica de constante aperfeiçoamento.

A estrutura com ETIR (Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes Computacionais), no nível operacional, o Escritório de Segurança (em fase de estruturação), no nível tático e a CGSI (Comitê Gestor da Segurança da Informação) no nível estratégico, são as Unidades Organizacionais Internas que tratam do tema da segurança da informação e comunicações de forma abrangente.

g. Gerência Telebras Inovação: Na busca de melhor desempenhar suas novas competências relativas à arquitetura da rede de telecomunicações da Telebras, dentro do arcabouço conceitual de arquiteturas corporativas, pesquisou-se a metodologia mais adequada para o setor de telecomunicações, sendo adotada The Open Group Architecture Framework (TOGAF) para nortear as diretrizes e práticas sobre os domínios da Arquitetura Empresarial da Companhia, com minutas já elaboradas no exercício de 2014.

A Gerência Telebras Inovação também atua junto às Gerências das Diretorias Comercial e Técnico-Operacional na prospecção de novas tecnologias e equipamentos de rede, na definição da arquitetura das redes metropolitanas e na elaboração de documentos normativos internos do segmento técnico de engenharia.

VII. GERÊNCIA JURÍDICA

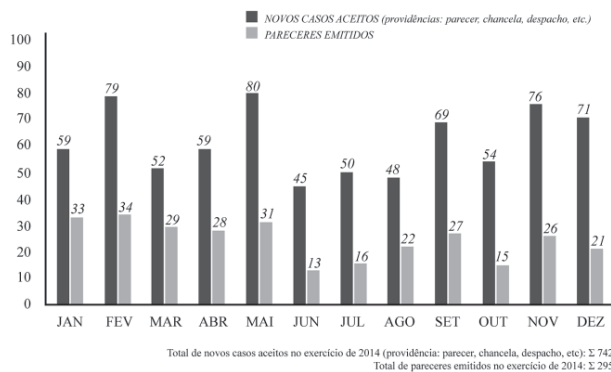
Durante o exercício de 2014, a Gerência Jurídica da Telebras deu continuidade ao processo de qualificação de sua equipe, empreendendo ações em dois grandes campos: (i) consultivo; e (ii) contencioso.

a. Consultivo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015041300061

A atividade consultiva, de forma ágil e eficiente, atuou em todos os processos licitatórios da Companhia, emitindo pareceres, orientações e despachos, relativos aos procedimentos de compras, parcerias, acordos de cooperação técnica, entre outros assuntos de interesse.

O resultado do trabalho desenvolvido pela Gerência Jurídica em seu âmbito consultivo encontra-se espelhado no gráfico abaixo:



b. Contencioso

A atuação contenciosa subdividiu-se em outros dois campos:

- (i) reativamente, na defesa incondicional dos interesses da Telebras em quaisquer tribunais; e
- (ii) pró-ativamente na contínua reanálise de todos os 1.904 (hum mil, novecentos e quatro) processos judiciais e administrativos, promovendo o encerramento de 198 (cento e noventa e oito) ações em que a Telebras figurava no polo passivo, a revisão dos valores de contingência, dos prognósticos de perda, a readequação ou ratificação da condução processual de cada feito e, por vezes, a redefinição de estratégias.

Com intuito de aprimorar a gestão relativa às contingências e provisões jurídicas, bem como elaborar e acompanhar as perícias judiciais realizadas em processos que a Telebras figura no polo ativo e passivo, a Gerência Jurídica constituiu no exercício de 2014 nova subárea - Gestão de Riscos Processuais -, que tem como objetivo:

- (i) analisar, juntamente com os advogados responsáveis pelo caso, o tipo de tratamento contábil que deverá ser atribuído a cada processo judicial e/ou administrativo;
- (ii) acompanhar, avaliar, atuar e emitir pareceres técnicos sobre laudos periciais relativos aos processos que envolve a Companhia; e
- (iii) tratar e gerir as informações referentes às contingências e provisões judiciais.

Ademais, procedeu-se à revisão das teses e petições, despachos com magistrados, desembargadores, peritos do juízo e contadoria judicial, priorizando-se a atuação intensiva nas Comarcas com maior número de demandas (contencioso de massa), nos processos estratégicos da Companhia e com representação significativa no seu passivo, bem como nas ações trabalhistas, sempre visando à consolidação dos argumentos e teses da Telebras, atitude que refletiu na contenção do ingresso de novas demandas e/ou no encerramento de processos com decisão favorável à Telebras.

Em casos excepcionais, diante de impossibilidade de reversão da condenação desfavorável à Telebras (sentença transitada em julgado), estrategicamente, com escopo de minimizar os impactos financeiros, optou-se por celebrar acordo, com as autorizações legais e de governança, impedindo bloqueios judiciais nas contas da Companhia.

Noutro âmbito, cabe explicitar que as ações judiciais nas quais a Telebras é parte são registradas em ferramentas de controle e gestão processual interna e classificadas, segundo o critério de risco de perda, nas seguintes categorias: perda provável (provisionamento preventivo), perda possível (sem o provisionamento preventivo, mas com divulgação em nota explicativa) e perda remota (sem o provisionamento preventivo e sem divulgação).

O referido passivo judicial é constantemente reavaliado por meio do acompanhamento e revisão sistemática dos processos, bem como pela adoção tempestiva das providências exigidas no âmbito processual e administrativo, de forma qualificada, pelos profissionais das áreas envolvidas.

A Telebras responde por ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária perante diversos tribunais. Em 31/12/2014, figurava como ré em 1.706 ações, sendo 1.612 cíveis, 84 trabalhistas e 10 ações tributárias.

Além disso, a Telebras é autora em 46 ações, perfazendo um total de 1.752 processos judiciais.

**O contencioso judicial encontra-se demonstrado no quadro a seguir:
AÇÕES JUDICIAIS - TELEBRAS RÉ (POR GRAU DE RISCO)
R\$ milhões**

AÇÕES	2014			2013			
	Quant.	Valor	Part. %	Quant.	Valor	Part. %	
Cíveis	Provável	92	82,1	46,7%	90	103,7	54,8%
	Possível	993	22,7	12,9%	1.157	18,8	9,9%
	Remota	527	33,3	19,0%	540	30,5	16,1%
Subtotal:	1.612	138,1	78,6%	1.787	153,0	80,8%	
Trabalhistas	Provável	25	6,4	3,6%	37	8,2	4,3%
	Possível	26	1,9	1,1%	5	0,4	0,2%
	Remota	33	5,5	3,1%	41	5,8	3,1%
Subtotal:	84	13,8	7,8%	83	14,4	7,6%	
Tributárias	Provável	5	2,1	1,2%	5	1,2	0,6%

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



	Possível	5	21,7	12,4%	5	20,8	11,0%
	Remota	0	0,0	0,0%	0	0,0	0,0%
Subtotal:		10	23,8	13,6%	10	22,0	11,6%
Total por Grau de Risco		1.706	175,7	100%	1.880	189,4	100%

ACÇÕES JUDICIAIS - TELEBRAS RÉ (POR CATEGORIA DE PERDA)
R\$ milhões

ACÇÕES	2014			2013		
	Quant.	Valor	Part. %	Quant.	Valor	Part. %
Total	122	90,6	51,6%	132	113,1	59,7%
Possível	1.024	46,3	26,4%	1.167	40,0	21,1%
Remota	560	38,8	22,0%	581	36,3	19,2%
Total por Categoria de Perda	1.706	175,7	100%	1.880	189,4	100%

Ainda em relação ao Contencioso, um dado interessante: Em 31/12/2011, o passivo classificado como provável era da ordem de R\$ 322 milhões (passivo total R\$ 344 milhões). Em 31/12/2014, o passivo total registrado é de R\$ 175,7 milhões, enquanto que o caracterizado como provável atinge a importância de R\$ 90,6 milhões, fruto do trabalho da Gerência Jurídica ao longo desses anos.

VIII. GESTÃO DE PESSOAS

a. Quadro de pessoal e remuneração

A Telebras encerrou 2014 com um quadro de pessoal integrado por 356 (trezentos e cinquenta e seis) empregados, sendo 279 (duzentos e setenta e nove) prestando serviços nas unidades administrativas da Companhia, 55 (cinquenta e cinco) cedidos à ANATEL e 22 (vinte e dois) cedidos a diversos órgãos governamentais.

O quadro abaixo apresenta a evolução da força de trabalho da Telebras, por situação e movimentação, contratações, admissões e desligamentos.

Como se pode observar, o quadro de pessoal sofreu um acréscimo de 6,58% comparativamente ao exercício anterior, sendo 62 EGT (nível superior), 3 TGT (nível médio) e 4 ocupantes de Cargos Comissionados (livre provimento).

Seguindo o planejamento feito, pouco a pouco, na medida das necessidades dos projetos internos, os empregados demissíveis "ad nutum" vão dando lugar aos aprovados no concurso público.

Em fevereiro de 2014, o DEST aprovou a regra de migração do antigo plano de carreira (PCCS) para o novo plano (PCR). Nos meses de abril e maio de 2014, houve a migração espontânea de 155 empregados.

Da composição do quantitativo total do quadro de pessoal da Telebras, em 31 de dezembro de 2014, 258 (duzentos e cinquenta e oito) empregados estavam vinculados ao Plano de Carreira e Remuneração - PCR, 16 (dezesseis) empregados continuaram vinculados ao Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), plano em extinção, e 82 livre provimento (demissíveis ad nutum). Note-se:

Situação	Empregados em 31/12/2013	Contratações	Desligamentos	Empregados em 31/12/2014
Quadro Efetivo	234	65	25	274
Ad Nutum	100	4	22	82
TOTAL	334	69	47	356

A remuneração paga a dirigentes e empregados observou os critérios estabelecidos na legislação vigente, Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, diretrizes da Telebras e manifestação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, em cumprimento ao disposto na alínea "h", do inciso IV, do art. 8º, do Anexo I do Decreto no. 8.189, de 21 de janeiro de 2014.

No exercício de 2014, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 20.805,84 e R\$ 1.888,00, respectivamente, e a remuneração média foi de R\$ 11.346,92. Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2014, foi de R\$ 36.035,69.

b. Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)

Os valores relativos às respectivas rescisões estão contemplados nas Demonstrações Financeiras.

c. Acordo Coletivo de Trabalho

O Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2013/2014 - assinado entre a Telebras e o SINTTEL-DF - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal - em 9 de outubro de 2014, apresentou cláusula de reajuste da tabela salarial na ordem de 5,8375% e vigência a partir de 1º de novembro de 2013 (data-base da categoria).

O ACT relativo ao período de 1º/11/2014 a 31/10/2015, já com aprovação da Assembleia Geral dos trabalhadores realizada em 18 de dezembro de 2014, em 31/12/2014, pendia de autorização do DEST para sua assinatura.

d. Medicina e Segurança do Trabalho

Realizada em 12.11.2013 a eleição dos membros para instalação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA - Gestão 2014/2015, de acordo com a Norma Regulamentadora (NR-5) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 20.01.2014 foram empossados os novos representantes da CIPA (eleitos pelos empregados e representantes do empregador).

Visando a atender ao estabelecido nos artigos 157 e 158 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, bem como consolidar as iniciativas de proteção aos seus empregados, em 26.02.2014 a Telebras celebrou o Segundo Termo de Aditamento ao Contrato Administrativo nº 2500/06/2012-TB (Hospital Dia Samdel), para prestar serviços de Medicina e Segurança do Trabalho.

Entre as ações desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se:

1. Continuidade do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Em 2014, foram realizados 63 (sessenta e três) exames admissionais, 45 (quarenta e cinco) demissionais, 11 (onze) de retorno ao trabalho e 155 (cento e cinquenta e cinco) homologações;

2. Realização de exames periódicos com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (empregados considerados aptos), compreendendo a avaliação clínica, exame físico, exame mental e exames complementares. Em 2014, foram realizados 161 (cento e sessenta e um) exames periódicos;

3. Ações de Promoção à Saúde - Em 2014, foram realizadas 03 (três) palestras; a SIPAT (Semana Interna de Prevenção a Acidentes); Vacinação antigripal (113 doses).

4. Em 5 de fevereiro de 2014, foi firmado o Contrato nº 09/2014-2500-TB entre a Telebras e a Qualidade De Vie Cultura e Empreendimentos Ltda. para prestação de serviços de execução do Programa de Ginástica Laboral aos colaboradores.

e. Fundação Sistel de Segurança Social

A Telebras é patrocinadora dos seguintes planos de Previdência Privada: PBS-A, PBS - Telebras e Telebras-PREV e também do Fundo de Assistência Financeira à Saúde - PAMA. Nota explicativa específica às Demonstrações Financeiras traz os dados atuariais pertinentes, o respectivo parecer atuarial e a posição da Administração da Companhia a respeito.

IX. LICITAÇÕES E CONTRATOS

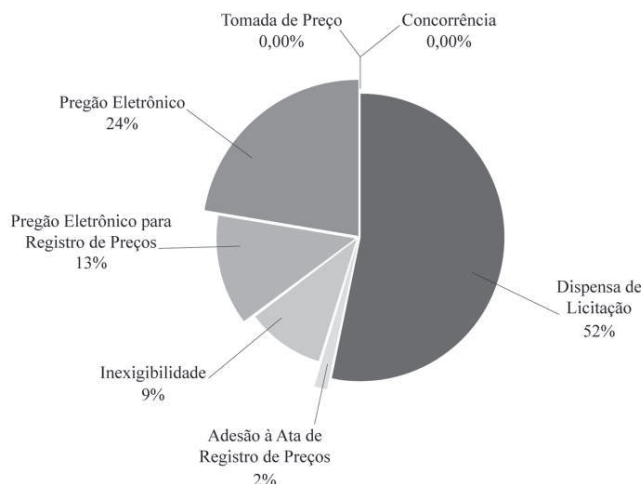
Em 2014, realizaram-se 116 contratos de aquisição de bens, produtos e serviços, distribuídos conforme tabela abaixo:

MODALIDADE	QUANTITATIVO DE COMPRAS	VALOR (R\$)	% EM RELAÇÃO AO QUANTITATIVO	% EM RELAÇÃO AO VALOR
Dispensa de Licitação	61	R\$ 29.096.218,49	52	29
Adesão à Ata de Registro de preços	2	R\$ 40.890,00	2	0
Inexigibilidade	10	R\$ 427.011,50	9	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015041300062

Pregão Eletrônico para Registro de Preços	15	R\$ 57.775.891,32	13	57
Pregão Eletrônico	28	R\$ 14.743.354,65	24	14
Tomada de Preço	0	-	0	0
Concorrência	0	-	0	0
TOTAL	116	R\$ 102.083.365,96	100,0	100,0

PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO QUANTITATIVO DE COMPRAS



Os casos de inexigibilidade e ou dispensa de licitação, explicam-se, entre outras razões, pelas contratações relativas à participação da Telebras em eventos que promoveram sua marca (ver item V); contratação de empresas para capacitação dos colaboradores; necessidade de locações de terrenos e fornecimento de energia elétrica e extensões de rede elétrica, nos quais a Telebras abriga suas Estações de Atendimento e Pontos de Presença, além de contratações referentes à atividade-fim da Companhia.

X. AUDITORIA EXTERNA - INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03, DE 14/01/2003

Oportunamente, ressalta-se que, em consonância com o Parecer Jurídico da Controladoria-Geral da União nº 55/2012/ASJUR/CGU-PR, datado de 04 de abril de 2012, corroborado pelo Parecer Jurídico interno nº 017/2012/1200/GJRL, tendo em vista que a análise das demonstrações contábeis por auditoria independente não é considerado serviço continuado, a teor do que conceitua a Instrução Normativa/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, anualmente faz-se necessária a contratação de nova empresa especializada. Deste modo, em atenção aos termos da Instrução CVM 381/03, a Telebras esclarece que, para o exercício de 2014, contratou a empresa MACIEL AUDITORES S/S EPP, a qual prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis, ora apresentada ao mercado.

XI. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da MACIEL AUDITORES S/S EPP, emitido em 18 de março de 2015, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014.

XII. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia fundamentam-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A MACIEL AUDITORES S/S EPP declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

XIII. CONCLUSÃO

2014 foi o ano da Copa do Mundo no Brasil e foi o ano da Telebras na Copa do Mundo. Como se disse, a primeira em que todos os seus jogos foram transmitidos a partir de uma rede de telecomunicações formada integralmente por fibras ópticas. A exemplo do que já tinha acontecido quando da Copa das Confederações em 2013, nenhuma falha verificada nas transmissões. Somente por esse motivo já se poderia dar por vencidos os desafios de 2014, mas ainda se verificou a ampliação do atendimento aos clientes corporativos e ao mercado governo e a receita de serviços foi mais que o dobro daquela apurada em 2013, quando se analisa os contratos perenes da Companhia.

Não obstante, o comprometimento com seus objetivos institucionais e a obediência ao planejamento traçado determinam a continuidade dos projetos especiais e de algumas ações estratégicas, tais como a complementação de trechos de fibras ópticas de longa distância e o trabalho de capilarização da rede, empreendimentos que naturalmente serão traduzidos em ampliação do atendimento aos clientes de todos os segmentos de atuação da Companhia, e, por consequência, em maior rentabilização dos ativos.

As dificuldades conjunturais da economia que já se fazem sentir nesse primeiro trimestre de 2015 apontam para um ano em que os esforços terão de ser redobrados para que as metas delineadas possam também ser comemoradas ao final do exercício. Mas, a julgar pela capacidade sobejamente demonstrada, a Equipe Telebras tem totais condições de ganhar mais esta copa.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**A ADMINISTRAÇÃO
BALANÇOS PATRIMONIAIS**
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE		326.900	574.327	389.049	576.062
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	147.218	449.217	249.074	449.230
Contas a Receber de Clientes	5	6.492	30.193	28.929	31.924
Tributos Federais e Recuperar	6	20.785	10.569	21.128	10.569
ICMS a Recuperar	6	1.374	1.372	1.374	1.372
Depósitos Judiciais	8	45.077	53.760	45.077	53.760
Dividendos a Receber	9	68.034	29.216	5.457	29.207
Outros Ativos Realizáveis	9	38.010	-	38.010	-
NAO CIRCULANTE		1.506.552	598.733	1.444.493	596.998
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	10.1	161.710	155.778	162.348	155.865
Aplicações Financeiras		22.070	20.080	22.070	20.080
Tributos Federais a Recuperar		121.702	118.762	121.702	118.762
ICMS a Recuperar		10.773	15.596	10.733	15.596
Depósitos Judiciais		1.503	1.340	1.503	1.340
Outros Ativos Realizáveis		5.662	-	6.300	87
Investimentos	10.2	87.264	3.807	24.567	1.985
Imobilizado	10.3	1.240.145	425.215	1.240.145	425.215
Intangível	10.4	17.433	13.933	17.433	13.933
TOTAL		1.833.542	1.173.060	1.833.542	1.173.060

LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(117.358)	(145.746)	(117.358)	(145.746)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(117.358)	(145.746)	(117.358)	(145.746)
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LIQUIDO DO PERÍODO	(117.358)	(145.746)	(117.358)	(145.746)
Ações em Circulação na data do balanço	118.440.782	118.440.782		
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico por ação (em R\$)	(0,99086)	(1,23052)		
Lucro (Prejuízo) Líquido Diluído por ação (em R\$)	(0,99086)	(1,23054)		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado líquido apurado na Demonstração do Resultado	(117.358)	(145.746)	(117.358)	(145.746)
Itens a serem posteriormente reclassificados para resultado	2.621	(214)	2.621	(214)
Outros Resultados Abrangentes	2.621	(210)	2.621	(210)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(114.737)	(145.960)	(114.737)	(145.960)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios finds em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Prejuízos Acumulados	Ações em Tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Total
SALDO EM 31/12/2012	719.455	(456.310)	(111)	(491)	262.543
Redução de Capital	(456.310)	456.310	-	-	-
Prejuízo Líquido do Período	-	(145.746)	-	-	(145.746)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no período	-	-	-	(214)	(214)
Perdas não realizadas em ativos disponíveis para venda	-	-	-	(210)	(210)
Participação no resultado abrangente das coligadas	-	-	-	(4)	(4)
SALDO EM 31/12/2013	263.145	(145.746)	(111)	(705)	116.583
Prejuízo Líquido no Período	-	(117.358)	-	-	(117.358)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no período	-	-	-	2.621	2.621
Ganhos não realizados em ativos disponíveis para venda	-	-	-	2.621	2.621
SALDO EM 31/12/2014	263.145	(263.104)	(111)	1.916	1.846

DEMONSTRAÇÕES DE VALORES ADICIONADOS
Exercícios finds em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado					
	4º Trim/2014	4º Trim/2013	4º Trim/2014	4º Trim/2013				
	em %	em %	em %	em %				
RECEITAS	33.444	58,7	46.383	110,3	157.891	58,7	48.105	114,4
Venda de Serviços	31.059	54,5	41.906	99,7	155.506	54,5	43.637	103,8
Outras Receitas	2.385	4,2	4.477	10,6	2.385	4,2	4.468	10,6
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(111.527)	(195,8)	(25.101)	(59,7)	(113.420)	(195,8)	(25.101)	(59,7)
Materiais, Energia, Serv. de Terceiros e Outros	(111.527)	(195,8)	(25.101)	(59,7)	(113.420)	(195,8)	(25.101)	(59,7)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(78.083)	(137,1)	21.282	50,6	44.471	(137,1)	23.004	-
RETENÇÕES	(41.815)	(73,4)	10.953	26,0	(41.815)	(73,4)	10.953	26,0
Depreciação e Amortização	(64.520)	(113,3)	(3.310)	(7,9)	(64.520)	(113,3)	(3.310)	(7,9)
Provisões para Contingências	22.705	39,9	14.263	33,9	22.705	39,9	14.263	33,9
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(119.898)	(210,5)	32.235	76,6	2.656	(210,5)	33.957	80,7
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	176.851	310,5	9.811	23,4	54.306	310,5	8.089	19,3
Resultado da Equivalência Patrimonial	150.571	264,4	(818)	(1,9)	25.416	264,4	(2.540)	(6,0)
Receitas Financeiras	26.175	46,0	10.130	24,1	28.785	46,0	10.130	24,1
Aluguéis	37	0,1	330	0,8	37	0,1	330	0,8
Dividendos	68	0,1	169	0,4	68	0,1	169	0,4
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	56.953	100,0	42.046	100,0	56.962	100,0	42.046	100,0
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Remuneração pelo Trabalho	36.411	63,9	57.970	137,9	36.411	63,9	57.970	137,9
Remuneração Direta	22.277	39,1	21.610	51,4	22.277	39,1	21.610	51,4
Encargos, Benefícios e Outros	14.134	24,8	16.019	38,1	14.134	24,8	16.019	38,1
Programa Indenização - Serviços Prestados - PISP	-	-	20.341	48,4	-	-	20.341	48,4
Governo - Tributos Federais	15.368	27,0	15.503	36,8	15.368	27,0	15.503	36,8
	7.211	12,7	3.954	9,4	7.211	12,7	3.954	9,4

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		4º Trim/2014	4º Trim/2013	4º Trim/2014	4º Trim/2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	a	31.096	42.236	155.543	43.967
Deduções da Receita Bruta		(8.932)	(13.116)	(8.932)	(13.116)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		22.164	29.120	146.611	30.851
Custos dos Serviços Prestados	b	(171.097)	(47.044)	(172.990)	(47.044)
LUCRO BRUTO		(148.933)	(17.924)	(26.379)	(16.193)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		100.132	(60.291)	(25.023)	(62.022)
Comercialização dos Serviços		(9.934)	(7.912)	(9.934)	(7.912)
Despesas Gerais e Administrativas	c	(63.904)	(46.182)	(63.904)	(46.182)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	d	23.399	(5.379)	23.399	(5.388)
Resultado de Equivalência Patrimonial		150.571	(818)	25.416	(2.540)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(48.801)	(78.215)	(51.402)	(78.215)
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	e	(68.557)	(67.531)	(65.956)	(67.531)



Estaduais	7.988	14,0	11.470	27,2	7.988	14,0	11.470	27,2
Municipais	169	0,3	79	0,2	169	0,3	79	0,2
Rentistas	122.532	215,1	114.319	271,9	122.541	215,1	114.319	271,9
Aluguéis, Arrendamentos e Seguros	27.386	48,1	32.765	77,9	27.386	48,1	32.765	77,9
Despesas Financeiras	94.722	166,3	81.554	194,0	94.731	166,3	81.554	194,0
Outras	424	0,7	-	-	424	0,7	-	-
Acionistas	(117.358)	(206,1)	(145.746)	(346,6)	(117.358)	(206,1)	(145.746)	(346,6)
Lucros Retidos/Prejuízo do Período	(117.358)	(206,1)	(145.746)	(346,6)	(117.358)	(206,1)	(145.746)	(346,6)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	56.953	100,0	42.046	100,0	56.962	100,0	42.046	100,0

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(117.358)	(145.746)	(117.358)	(145.746)
Itens de Resultado que não Afetam o Caixa	(14.532)	66.210	110.623	67.932
Depreciação e Amortização	64.520	3.310	64.520	3.310
Provisões para Contingências	9.531	19.340	9.531	19.340
Provisões FISP	-	20.341	-	20.341
Equivalência Patrimonial	(150.571)	818	(25.416)	2.540
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	58.405	22.650	58.405	22.650
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras	(1.991)	(80)	(1.991)	(80)
Receita com Dividendos	(68)	(169)	(68)	(169)
Apropriação de Juros s/ Empréstimos	3.019	-	3.019	-
Outras Receitas / Despesas	2.623	-	2.623	-
Mutações Patrimoniais	212.834	(54.143)	252.951	(55.952)
Contas a Receber de Clientes	23.700	(29.443)	2.994	(31.174)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.520	9.563	8.520	9.563
Obrigações com Fornecedores	(1.098)	27.632	(1.098)	27.632
Tributos	198.380	8.592	198.380	8.592
Provisões para Contingências	(6.654)	(172.824)	(6.997)	(172.824)
Depósitos Judiciais	(32.036)	(27.303)	(32.036)	(27.303)
Outras Contas Ativas e Passivas	22.022	(129.640)	83.188	(129.562)
Caixa Provenientes das Operações	80.944	(133.679)	246.216	(133.766)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	80.944	(133.679)	246.216	(133.766)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aplicações Financeiras	-	(20.000)	-	(20.000)
Investimentos em Participações Societárias	67.114	(3.530)	5.386	(3.430)
Imobilizado	(882.951)	(203.790)	(882.951)	(203.790)
Dividendos Recebidos	68	169	68	169
Dividendos Pagos	-	-	(1.701)	-
FLUXO DE CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(815.769)	(227.151)	(879.198)	(227.051)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos e Financiamentos	103.363	-	103.363	-
Recebimento Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	329.463	232.962	329.463	232.962
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	432.826	232.962	432.826	232.962
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(301.999)	(127.868)	(200.156)	(127.855)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo Final	147.218	449.217	249.074	449.230
Saldo Inicial	449.217	577.085	449.230	577.085
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(301.999)	(127.868)	(200.156)	(127.855)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras - sediada no Setor Comercial Sul - SCS - Quadra 9 - Bloco B - Salas 301 a 305 - Brasília (DF) - CEP: 70.308-200 (Edifício Parque Cidade Corporate - Torre B), endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 1/07/1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07/04/2011), portanto regida pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis ("Telebras" ou "Companhia").

Em 31 de dezembro de 2014, a União detinha diretamente 57,61% das ações ordinárias com direito a voto (90,78% em 31/12/12) e 47,40% de seu capital total (74,68% em 31/12/13). Em 03/12/13, por meio de Decreto da Presidência da República, a União autorizou a transferência de ações de emissão da TELEBRAS, de sua titularidade, para a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, correspondente a 33,17% das ações ordinárias e 27,28% do capital social da Companhia.

Resumo do quadro societário em 31/12/2014.

ORDENAMENTO	ORDINÁRIAS NOMINATIVAS		PORTADOR		TOTAL	
	ACIONISTA	QTDE AÇÕES %	ACIONISTA	QTDE AÇÕES %	ACIONISTA	QTDE AÇÕES %
1	UNIAO FEDERACIONAL	56.135.733 57,61	UNIAO FEDERACIONAL	1.155 -	UNIAO FEDERACIONAL	56.136.888 57,61
2	FINEP	32.316.006 33,17	FINEP	-	FINEP	32.316.006 33,17
3	OUTROS	8.987.980 9,22	OUTROS	21.001.844 21,17	OUTROS	29.989.824 30,21
	TOTAL	97.439.719 100	TOTAL	21.002.999 21,17	TOTAL	118.442.718 100

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia tem direcionado seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga - PNBL - Decreto 7.175/2010; (ii) estar cada vez mais apta a atender ao que determina o Decreto nº 8.135/2013; e (iii) ampliar sua carteira de clientes corporativos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015041300064

Projetos Especiais também estiveram e estão no foco das ações da Telebras, são eles: (i) a aquisição do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.

O ano de 2014 representou um marco na história da Companhia: nunca uma copa do mundo de futebol teve todos os seus jogos transmitidos a partir de uma rede de telecomunicações formada integralmente por fibras ópticas e a Telebras foi a protagonista deste feito.

1.2 Controlada e coligada
Em 31/12/2014, a Companhia possuía participações societárias em empresa controlada direta (subsidiária integral) e coligada.

a. Controlada direta (subsidiária integral):
TELEBRAS COPA S.A. ("TELEBRAS COPA" ou Controlada); sediada em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações à Fédération Internationale de Football Association - FIFA e seus parceiros e conveniados. A subsidiária funcionará por tempo determinado, desde a data de sua criação, em 07/02/2013, até a data do término dos eventos da Copa do Mundo de 2014. Ocorre que, do ponto de vista da Controlada, os eventos ainda não terminaram, em virtude de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembléia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembléia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31/10/2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da "Duração da Sociedade". Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer ainda em 2015.

b. Coligada:
VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. ("VISIONA" ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como (b) o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

1.3 Resumo das Participações Societárias:

Participação direta	31/12/2014	31/12/2013
Subsidiária integral TELEBRAS COPA	100%	100%
Coligada VISIONA	49%	49%

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Critérios de Elaboração

a. Demonstrações Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, examinadas por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e estão identificadas como "Consolidado".

As práticas contábeis, adotadas no Brasil, compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2014.

c. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia, após a análise das operações e negócios pela Administração, é o Real (R\$).

d. Estimativas Contábeis

A preparação das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas requer o uso de estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data de sua preparação, bem como experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e julgamentos são continuamente reavaliados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às incertezas inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas são utilizadas para determinar a vida útil do ativo imobilizado e intangível, avaliar o valor recuperável de ativos, projeções de lucros fiscais, contingências, determinação da valoração de ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados, determinação do valor justo de instrumentos financeiros, mas não se limitam a isso.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As disponibilidades financeiras estão representadas por saldos positivos depositados em conta corrente e por aplicações financeiras de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado e com risco insignificante de mudança de seu valor. Vide Nota Explicativa nº 4.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extra mercado de renda fixa, em Títulos do Tesouro Nacional e CDB/RDB de emissão do Banco do Brasil e em Fundo de Investimento Multimercado, destinados a acolher investimentos exclusivamente de pessoa jurídica integrante da Administração Federal Indireta, cuja carteira do Fundo é composta por títulos federais, em operações finais e/ou compromissadas e operações em mercados derivativos que serão utilizados para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de sua carteira. Vide Nota Explicativa nº 4.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



A TELEBRAS realizou as seguintes aplicações financeiras:

a) Fundo de Investimento de Renda Fixa - essa aplicação tem remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da transação parcial firmada com a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado;

b) Fundo de Investimento de Extra Mercado - cuja remuneração está atrelada aos índices IMA-B e IRFM;

c) Fundo de Investimento Multimercado - constituído com o objetivo de hedge cambial do Projeto SGCDC (Satélite Geoespacial de Defesa e Comunicações Estratégicas do Brasil).

A TELEBRAS realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado. O saldo em 31/12/2014 é R\$ 22.070 mil (R\$ 20.080 mil em 2013).

3.2 Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade, ao saldo do imposto de renda pago a maior, ao imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras e outros, a serem restituídos pelo Governo Federal, ou a serem compensados com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº 6.

3.3 Imposto de Renda e Contribuição Social

A partir do exercício de 1998, a Companhia deixou de efetuar registros contábeis dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, dada a incerteza de suas recuperações futuras, ocasionada pelo processo de desestatização e a iminência de liquidação da TELEBRAS. A Companhia voltará a registrar contabilmente tais ativos na medida em que seja provável que a disponibilidade de lucros tributários futuros, contra os quais eles possam ser utilizados em função do normal cumprimento de suas novas atividades. Vide Nota Explicativa nº 6.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base em suas alíquotas efetivas sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real, nos termos da lei.

3.4 Ativos Realizáveis - Créditos

Representados preponderantemente por (1) gastos com salários e encargos sociais incorridos com o pessoal cedido, como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não reconhecidos como despesas na Companhia e sim como um direito a receber e (2) aplicações em ações de companhias abertas e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM -, avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

3.5 Demais Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do Balanço.

3.6 Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial, assim como as participações societárias em empresas controladas e coligadas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora.

Também com base no método de equivalência patrimonial, os investimentos são contabilizados no Balanço Patrimonial ao custo, ajustados periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado de equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Os ganhos e perdas não realizados em transações entre controladas e coligadas e a Companhia são eliminados proporcionalmente à participação nestas empresas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da Controlada e da Coligada. Vide Nota Explicativa nº 10.2.

3.7 Imobilizado

Passados mais de quatro anos da publicação do Decreto 7.175/2010, por todos conhecidos são as atividades da Telebras frente à execução do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL - e aos investimentos já efetuados para a sua implantação.

A Telebras, ao elaborar os projetos para aquisição, construção e implantação dos bens, equipamentos e demais ativos de rede destinados à prestação de serviços de telecomunicações vinculados ao PNBL ("Ativos de Rede"), planejou a sua instalação em todos os Estados da Federação. Tais Ativos de Rede foram e estão sendo instalados e remanejados para os mais diversos pontos de atendimento (estações, sites, etc.), nos quais a Telebras disponibiliza e irá disponibilizar os seus serviços.

Considerando o que dispõe as Normas Contábeis com respeito aos critérios de alocação de custos com compras de Ativo Imobilizado e sua adequação ao valor justo, houve indiscutível necessidade de adequar os critérios de apropriação dos gastos, não somente à planta, mas também aos critérios praticados no mercado.

Basicamente, a Telebras ocupa-se da prestação serviços de telecomunicações e de valor adicionado aos provedores de acesso à Internet, ao mercado corporativo em geral, bem como a administração pública federal.

Em janeiro de 2013, entre a FIFA e Ministério das Comunicações, foi assinado Termo de Responsabilidade de disponibilização das redes de comunicações para transmissão de áudio e vídeo nos eventos da Copa do Mundo de 2014, responsabilidade esta que ficou a cargo da Telebras. Neste mesmo termo, foi acordado que toda a rede de comunicações seria disponibilizada para a FIFA iniciar os testes de transmissões de dados até 31/12/2013.

Uma rede de transmissão ou rede de transporte de dados, incluindo-se aí a voz, é composta de sistemas de transmissão através dos quais são realizadas as interconexões entre pontos de emissão e recepção de sinais. Os sistemas de transmissão utilizam meios para o envio de informações: meios físicos (par metálico, cabo coaxial e fibra óptica) e meios não-físicos, o espaço livre, no caso de utilização de rádio-frequência. Em síntese, a comunicação só é possível com o suporte de uma rede que transporte as informações.

Estas redes podem ser classificadas em três grupos, conforme as suas características e finalidades: LANs (Local Area Network - Rede Local de Computadores), MANs (Metropolitan Area Network - Rede Metropolitana de Computadores) e WANs (Wide Area Network - Rede de Grandes Áreas).

Devido à complexidade das variadas etapas do projeto e da extensão das plantas de redes, a Telebras investiu tempo e valores expressivos na construção da espinha dorsal de sua rede de telecomunicações, o que comumente se consusta chamar de backbone. As etapas da construção de redes de telecomunicações e comunicações de dados, considerando a expectativa de abrangência e alcance na prestação dos serviços, em muitos casos, se estendem por vários anos.

Considerando a necessidade de atendimento do compromisso firmado entre a FIFA e Ministério das Comunicações, e considerando a necessidade de implantação das cargas dos ativos imobilizados no módulo FL_AA, do SAP, a Telebras, após confirmação da liberação para uso de sua rede, efetuou o registro dos ativos imobilizados organizados por classes de ativos com data de incorporação em 01/01/2014. A depreciação dos ativos é calculadamente mensalmente a partir da data de incorporação, considerando a atribuição de vida útil determinada pelas classes de ativo, rigorosamente considerados os conceitos expostos na Nota Técnica disponibilizada à Auditoria Independente. As classes de ativo foram organizadas obedecendo à utilização de cada classe de propriedade, considerando que a orientação de registrar o valor de um equipamento ou instalação no patrimônio da empresa deve ser decorrente de sua vida útil economicamente produtiva. Isso absolutamente não quer dizer que a Companhia não esteja com outros projetos em andamento, sobretudo no que diz respeito a reforço do seu backbone e todas as iniciativas do que se chama de capilarização de rede, justamente para atingir ainda mais e melhor os clientes-alvo da Telebras.

A estrutura de controle contábil de bens do imobilizado em empresas de telecomunicações adota um procedimento quase que universal devido às suas peculiaridades. No controle são adotados alguns conceitos próprios cujos teores são comentados na Nota Técnica colocada à disposição dos auditores independentes.

A depreciação dos ativos é calculadamente mensalmente a partir da data de incorporação, considerando a atribuição de vida útil determinada pelas classes de ativo. As classes de ativo foram organizadas obedecendo à utilização de cada classe de propriedade, considerando que a orientação de registrar o valor de um equipamento ou instalação no patrimônio da empresa deve ser decorrente de sua vida útil economicamente produtiva.

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

Não obstante, a TELEBRAS concluiu o processo de levantamento e adequação de seu imobilizado, possibilitando torná-lo aderente às normas específicas do setor de telecomunicações. Vide Nota Explicativa nº 10.3.

3.8 Intangível

Refere-se aos direitos de uso de software e a licenças regulatórias, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. As licenças regulatórias são amortizadas pelo seu prazo de vigência, contratado junto ao órgão regulador. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, baseado em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Vide Nota Explicativa nº 10.4.

3.9 Provisões e Obrigações Trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, a partir do qual é provável saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação.

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº 11.

3.10 Provisões para Contingências

A Companhia é parte em demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, civil e societária, tendo sido constituída provisão contábil em relação a essas demandas, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia, de seus consultores jurídicos, experiências passadas e jurisprudências atualizadas. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº 14.

3.11 Planos de Benefícios Pós-emprego

Os custos das contribuições dos planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial e contabilizados pelo regime de competência. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são reavaliadas a cada data-base. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no País. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

3.12 Demais Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3.13 Aparação do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.14 Receitas (despesas) Financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais de obrigações, tais como: provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, empréstimos e financiamentos, credores (empresas de telecomunicações) e caução de fornecedores. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas na Companhia.

3.15 Resultado Líquido por Ação e Valor Patrimonial por Ação - VPA por Unidade de Ações

Em 31/12/2014 e 31/12/2013, o Resultado Líquido por Ação e o Valor Patrimonial por Ação - VPA - por Unidade de Ações, foram calculados com base no número de ações em circulação na data do Balanço Patrimonial, sendo 97.437.783 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) de ações ordinárias e 21.002.999 de ações preferenciais, totalizando 118.440.782 de ações. Vide Nota Explicativa nº 1.1.

3.16 Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC - e Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 e reflete as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC 09 - DVA. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis Individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - DVA. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa); pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento de aquisição e os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos); pelas retenções (encargos de depreciação e provisão para contingências) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, governo (tributos), remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.17 RISCO OPERACIONAL - PREJUÍZO OPERACIONAL

A Companhia apresentou Prejuízo Bruto de R\$ 148.933 mil em 2014, contra R\$ 17.924 mil em 2013, representando um crescimento de 730% em relação ao exercício anterior, em virtude do custo dos Serviços de Terceiros, que atingiu o montante de R\$ 81.475 mil, bem como da Depreciação, cujo valor no período foi de R\$ 62.718 mil, tendo em vista a entrada em operação dos ativos, tal como explicado no Item 3.7 acima.

Já o Prejuízo Líquido do Exercício de 2014 atingiu o montante de R\$ 117.358 mil, queda de 19,5% em relação ao exercício anterior, cujo prejuízo foi de R\$ 145.746. Este foi significativamente constituído em decorrência da apropriação de despesas financeiras sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital no total de R\$ 58.405 mil.

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.



O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Neste sentido, a Companhia direciona seus esforços para implantar infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga, atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua carteira de clientes corporativos. Além deste aspecto, projetos especiais também estão no foco das ações da Telebras, tais como a aquisição do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.

Todas essas ações aliadas às ações de marketing têm por objetivo dar à Telebras o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologia modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

Ressalte-se que, em 16 de julho de 2014, a Diretoria Comercial encaminhou expediente, em atendimento ao pleito do Comitê de Gestão Orçamentária, de projeção da estimativa de receita até o ano de 2020, com as seguintes premissas para o alcance da meta projetada:

- Aquisição de roteadores para atendimento aos clientes do Decreto nº 8.135/2013;
- Conclusão das redes metropolitanas até 2016;
- SGDC em operação comercial até maio de 2017;
- Capacidade ampliada para ativação, operação e manutenção dos clientes;
- Revisão nos custos e tecnologias adotadas nas portas (backbone/backhaul) e nos acessos (última milha).
- Cumprimento de Acordo de Nível de Serviços Contratados.

A projeção das receitas decorre dos resultados de prospecções realizada em 2014, assim sendo, projetos especiais ou mudanças estratégicas poderão afetar diretamente a sua realização.

Tipo	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RNP	16.759	24.301	30.376	34.933	38.426	40.347
Regionais	20.813	32.259	43.550	58.793	79.370	107.150
Grandes Clientes	11.235	50.367	105.804	209.284	291.128	364.245
Interconexão	13.754	22.695	29.503	30.978	33.147	35.301
TOTAL	62.561	129.622	209.233	333.988	442.071	547.034

3.18 Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros (impairment)

Na data de cada balanço, a Administração avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas quando há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento ou eventos de perda, tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda ou evento de perda por impairment incluem:

- o grupo de ativos financeiros relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outro reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras ou
- dados observáveis indicam que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- ✓ mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e
- ✓ condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por impairment, quando incorrido, é registrado no resultado e, se, no período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir, essa diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente poderá ser reconhecida na demonstração do resultado.

Não foram identificadas quaisquer dessas circunstâncias que pudessem levar à Companhia a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos não financeiros. A Companhia não possui ágio ou outros ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou intangíveis em desenvolvimento, para os quais seriam requeridos testes de recuperação dos valores registrados. A propósito, para ativos tangíveis, a literatura não exige estudos de depreciação, acaso não verificadas premissas que indiquem ou demandem a sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contas Bancárias e Fundo Fixo	3.423	1.520	105.279	1.533
Numerários em Trânsito	0	2.197	0	2.197
Aplicações Financeiras	143.795	445.500	143.795	445.500
Total	147.218	449.217	249.074	449.230

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ministério das Comunicações	37	28.099	22.474	28.009
Outros Clientes	6.455	2.094	6.455	3.915
Total	6.492	30.193	28.929	31.924
Circulante	6.492	30.193	28.929	31.924

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

No exercício, a movimentação da conta "tributos a recuperar" foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo 31/12/13	Adições	Compensação	Saldo 31/12/14
Tributos Federais:				
IR a restituir/compensar e retencões	102.271	8.947	2.550	113.768
IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio - JCP	22.037	8	506	22.551
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	1.680	455	61	2.196

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015041300066

PIS e COFINS	406	3.552	-		3.958
Outros	2.937	-	-	(2.923)	14
Subtotal	129.331	12.962	3.117	(2.923)	142.487
Tributos Estaduais:					
ICMS a recuperar	16.968	10.772	-	(15.593)	12.147
Total	146.299	23.734	3.117	(18.516)	154.634
Circulante	11.941				22.159
Não Circulante	134.358				132.475

Do total dos créditos tributários em 31/12/2014, o valor de R\$ 115.761 (R\$ 115.761 em 31/12/2013) corresponde aos direitos creditícios cedidos à empresa VT UM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., que constaram de Termo de Transação e Outras Avenças.

O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública - ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 - Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011.

Por decisão da Diretoria, em face da orientação da Gerência Fiscal e de Controle, o valor referente ao ICMS a Recuperar, foi incorporado ao custo do imobilizado, em total consonância com a legislação, em especial a orientação da Norma CPC 27.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

7.1 Demonstrativo do Imposto de Renda e Contribuição Social
As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social de 2014 e 2013 foram apuradas conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	2014		2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	(117.359)	(117.359)	(145.746)	(145.746)
Adições permanentes	97	97	2.595	2.595
Exclusões permanentes	(150.664)	(150.664)	(1.891)	(1.891)
Subtotal	(267.926)	(267.926)	(145.042)	(145.042)
Diferenças temporárias	(8.885)	(8.885)	(129.550)	(129.550)
Adições temporárias:	33.442	33.442	103.753	103.753
Provisão contingências e encargos	781	781	68.550	68.550
Provisão PISP	-	-	29.722	29.722
VM s/ Depósitos Judiciais	32.236	32.236	5.294	5.294
Outras adições	425	425	187	187
Exclusões temporárias:	(42.327)	(42.327)	(233.303)	(233.303)
Baixa de provisão p/ contingências	(13.102)	(13.102)	(172.824)	(172.824)
Baixa de provisão PISP	(1.741)	(1.741)	(1.888)	(1.888)
VM s/ Depósitos Judiciais e outros	(3.998)	(3.998)	-	-
Reversão prov contingências	(23.486)	(23.486)	(49.210)	(49.210)
Reversão de provisão PISP	-	-	(9.381)	(9.381)
Base de Cálculo Negativa	(276.811)	(276.811)	(274.592)	(274.592)

7.2 Créditos fiscais diferidos e não registrados

Apresentamos a seguir o resumo dos créditos não registrados contabilmente:

	Controladora e Consolidado			
	2014		2013	
	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	90.642	22.660	90.642	8.158
Provisão PISP	38.453	9.613	38.453	3.460
Prejuízo fiscal/base negativa	276.811	69.202	276.811	24.913
Total	405.906	101.475	405.906	36.531
	Controladora e Consolidado			
	2013		2013	
	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	113.145	28.286	113.145	10.183
Provisão PISP	27.834	6.959	27.834	2.505
Prejuízo fiscal/base negativa	542.189	135.547	542.189	48.797
Outros	5.883	1.471	5.883	530
Total	689.051	172.263	689.051	62.015

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IR) e da base de cálculo positiva da Contribuição Social em cada período-base.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às contingências passivas está assim distribuída:

Natureza	Controladora e Consolidado			
	Vinculados		Não vinculados	
	2014	2013	2014	2013
	A	B	A+B	
Cível	2.774	40.383	43.157	50.027
Trabalhista	2.185	119	2.304	4.012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Tributária	21	1.098	1.119	1.061
Total	4.980	41.600	46.580	55.100
Circulante	4.738	40.339	45.077	53.760
Não Circulante	242	1.261	1.503	1.340

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens contingentes referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora.

9. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Pessoal Cedido a Recuperar - ANATEL	21.233	19.760	21.233	19.760
Pessoal Cedido a Recuperar - Órgãos Govem.	4.236	3.843	4.236	3.843
Ações e Títulos Destinados à Venda	2.048	2.048	2.048	2.048
Cauções	1.646	1.620	1.646	1.707
Adiantamento a Empregados	690	404	690	404
Outros	13.819	1.541	14.457	1.532
Total	43.672	29.216	44.310	29.294
Circulante	38.010	29.216	38.010	29.207
Não Circulante	5.662	-	6.300	87

O saldo a recuperar da ANATEL e de outros órgãos governamentais refere-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais relativos aos empregados cedidos. Nesse saldo, estão incluídos valores referentes às provisões de férias, décimo-terceiro e seus respectivos encargos, que são provisionados mensalmente, bem como a provisão relativa ao Programa de Indenização de Serviços Prestados - PISP.

O saldo referente às ações e títulos destinados à venda corresponde às ações em carteira própria de companhias abertas de empresas de telecomunicações, avaliadas pelo valor de mercado.

Dividendos a Receber com a Controlada Telebras Copa totaliza R\$ 62.577 mil e com a Coligada Visona a importância de R\$ 5.457.

10. ATIVO NÃO CIRCULANTE

10.1 Realizável a Longo Prazo

Aplicações Financeiras	2014	2013
	22.070	20.080
Tributos Federais	121.702	118.762
Tributos Estaduais - ICMS	10.773	15.596
Depósitos Judiciais	1.503	1.340
Outros	5.662	0
Total	161.710	155.778

10.2 Investimentos

a. Participação no Capital de Empresa Coligada

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A. Em 31/12/2014, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 27.406 (R\$ 1.985 em 31/12/2013). As Demonstrações Contábeis da Coligada foram revisadas pela empresa KPMG Auditores Independentes.

As informações financeiras da coligada VISIONA, avaliada por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

	2014	2013
Ativo		
Circulante	101.019	39.390
Não Circulante	53.345	5.409
Total do ativo	154.364	44.799
Passivo		
Circulante	104.228	35.763
Patrimônio Líquido	50.136	9.036
Total do passivo	154.364	44.799

Demonstrações de Resultados	2014	2013
Receita Operacional Líquida	84.561	12.905
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(63.994)	(10.289)
Lucro Bruto	20.567	2.616
Receitas (Despesas) Operacionais	34.293	(2.975)
Prejuízo Operacional Antes Recreitas (Despesas) Financeiras	54.860	(359)
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	3.284	198
Lucro/Prejuízo Operacional	58.144	(161)
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ Lucro	(11.258)	(371)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	46.886	(198)
Outros Resultados Abrangentes	5.349	(8)
Resultado Abrangente Total	52.235	(206)

b. Participação no Capital de Empresa Controlada

Em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014. Nesta data, foi realizada a integralização inicial de seu capital, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correspondentes a 10% do capital total, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A Companhia integralizou, em 20/06/2013, os R\$ 90.000 (noventa mil reais) restantes de sua participação no capital da TELEBRAS COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subsidiária integral. Em 31/12/2014, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 62.697 mil, devido ao ganho líquido com equivalência patrimonial, motivada por faturamento resultante de prestação de serviços de telecomunicações quando da Copa do Mundo de 2014, que está representado no resultado da empresa em 31/12/2014. As Demonstrações Contábeis da Controlada foram revisadas pela empresa MACIEL AUDITORES S/S EPP. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou a consolidação de suas demonstrações contábeis individuais com as demonstrações contábeis de sua Controlada, TELEBRAS COPA S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015041300067

10.3 Imobilizado

São bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. O saldo do imobilizado em 31/12/2014 é de R\$ 1.240.145 mil.

Natureza do Imobilizado	Taxa Anual Depreciação %	Controladora e Consolidado		Valor Líquido	
		Custos	Depreciação Acumulada	31/12/2014	31/12/2013
Instalações Prediais	10	92.365	(15.119)	77.246	1.943
Mobiliário	10	3.617	(1.356)	2.261	2.156
Infraestrutura	10	68.121	(7.909)	60.212	0
Equipamentos de Tecnologia de Informação	20	8.375	(3.100)	5.275	1.320
Equipamentos de Transmissão e Comunicação de Dados	20	170.320	(34.064)	136.256	0
Outros Equipamentos	10	24.729	(3.334)	21.395	220
Imobilizado em Andamento	0	937.500	0	937.500	419.576
Total		1.305.027	(64.882)	1.240.145	425.215

c. Movimentações Ocorridas no Imobilizado em 31/12/2014

Descrição	Controladora e Consolidado			
	Saldo 31/12/2013	Aquisições	Depreciação	Saldo 31/12/2014
Instalações Prediais	1.943	90.422	(15.119)	77.246
Mobiliário	2.156	467	(362)	2.261
Infraestrutura	0	68.121	(7.909)	60.212
Equipamentos de Tecnologia de Informação	1.320	5.544	(1.589)	5.275
Equipamentos de Transmissão e Comunicação de Dados	0	170.320	(34.064)	136.256
Outros Equipamentos	220	24.084	(2.909)	21.395
Imobilizado em Andamento	419.576	517.924	-	937.500
Total	425.215	876.882	(61.952)	1.240.145

10.4 Intangível

Neste grupo são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações. O saldo do grupo em 31/12/2014 é de R\$ 17.433 mil. O item "Direitos sobre Autorizações" refere-se ao valor pago a ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geostacionária.

Natureza do Intangível	Taxa Anual Amortização %	Controladora e Consolidado		Valor Líquido	
		Custos	Amortização Acumulada	31/12/2014	31/12/2013
Sistemas Aplicativos	20	14.902	(5.251)	9.651	9.987
Direitos sobre Autorizações	7	3.946	0	3.946	3.946
Sistemas em Andamento	0	3.836	0	3.836	0
Total		22.684	(5.251)	17.433	13.933

Movimentações Ocorridas no Intangível em 31/12/2014

Descrição	Controladora e Consolidado			
	Saldo 31/12/2013	Aquisições	Amortização	Saldo 31/12/2014
Sistemas Aplicativos	9.987	2.232	(2.568)	9.651
Direitos sobre Autorizações	3.946	0	-	3.946
Sistemas em Andamento	0	3.836	0	3.836
Total	13.933	6.068	(2.568)	17.433

11. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Neste grupamento são registradas as obrigações com Pessoal, inclusive as provisões de férias e 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Tributos e Contribuições a Recolher.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Salários e Honorários a Pagar	1.226	2.161
Encargos Sociais a Pagar	8.130	6.590
Benefícios Sociais a Pagar	284	257
Mão-de-Obra Temporária	61	50
Total	9.701	9.058
Circulante	9.701	9.058

12. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, a partir da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia mantém provisão no passivo circulante, no montante de R\$ 41.556 mil em 31/12/2014 (R\$ 43.297 mil em 31/12/2013).

No exercício de 2014, para os colaboradores em exercício na Telebras, não houve registro no resultado. Os valores correspondentes aos empregados cedidos à ANATEL e outros órgãos estão registrados em Outros Ativos Realizáveis.

13. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores de Operação	24.458	29.816
Fornecedores de Expansão	295.872	92.134
Total	320.330	121.950
Circulante	320.330	121.950

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



14. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em 31/12/2014, a TELEBRAS é ré em 1.706 ações judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e societária (1.880 em 31/12/2013), perante diversos tribunais. Essas ações são permanentemente acompanhadas e avaliadas pela área jurídica da Empresa e a elas são atribuídas expectativas de perda. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

A composição dos valores consolidados em discussão em diversas instâncias de processos, em 31 de dezembro de 2014, tinha o seguinte tratamento contábil:

Expectativa da perda	Critério contábil	Quantidade de ações	
		31/12/2014	31/12/2013
Provável	Provisionar e divulgar em Notas Explicativas	122	132
Possível	Não provisionar, porém divulgar em Notas Explicativas	1.024	1.167
Remota	Não provisionar nem divulgar em Notas Explicativas	560	581
Total		1.706	1.880

14.1 Contingências de Perda Provável (provisionadas)

a. Contingências Líquidas de Depósitos Judiciais

Natureza	Controladora e Consolidado			
	31/12/2014			
	Quantidade de Ações	Provisões	Depósitos Judiciais	Líquido
		A	B	A-B
Cível	92	82.056	2.774	79.282
Trabalhista	25	6.470	2.185	4.285
Tributária	5	2.116	21	2.095
Total	122	90.642	4.980	85.662
Circulante	85	12.292	4.738	7.554
Não Circulante	39	78.350	242	78.108

Natureza	Controladora e Consolidado			
	31/12/2013			
	Quantidade de Ações	Provisões	Depósitos Judiciais	Líquido
		A	B	A-B
Cível	90	103.723	12.452	91.271
Trabalhista	37	8.180	3.936	4.244
Tributária	5	1.243	19	1.224
Total	132	113.146	16.407	96.739
Circulante	92	40.258	16.224	24.034
Não Circulante	40	72.888	183	72.705

b. Classe das Ações Judiciais - Perdas Prováveis

Classe das Ações	Quantidade		Provisões	Depósitos	Líquido	
	31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013
			A	B	A-B	SALDO
Cíveis						
Illegalidade na venda de ações	20	20	2.897	2.228	669	(1.050)
Dividendos sobre o capital da TELEBRAS	7	7	72.908	16	72.892	86.612
Diferença de ações - conversão de debêntures	1	1	1.243	0	1.243	1.043
Diversas classes	64	62	5.008	530	4.478	4.666
Total	92	90	82.056	2.774	79.282	91.271
Trabalhistas						
Ganhos de produtividade	2	2	3.019	23	2.996	2.616
Readmissão de pessoal	2	2	1.525	1.525	0	290
Expurgos inflacionários multa de 40% - FGTS	2	7	180	145	35	17
Responsabilidade subsidiária	11	11	1.336	342	994	877
Diversas classes	8	15	410	150	260	444
Total	25	37	6.470	2.185	4.285	4.244
Tributárias						
Isenção de imposto de importação e IPI	-	-	-	-	-	-
Diversas classes	5	5	1.116	21	2.095	1.224
Total	5	5	1.116	21	2.095	1.224
Total Geral	122	132	90.642	4.980	85.662	96.739
Circulante	83	92	12.292	4.738	7.554	24.034
Não Circulante	39	40	78.350	242	78.108	72.705

c. Movimentação das Provisões para Contingências

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo em 31/12/2013	113.146	
Adições	52	
Baixas	(30.954)	
Reversões Líquidas	(4.881)	
Atualizações - Encargos Financeiros	13.279	
Saldo em 31/12/2014	90.642	

d. Movimentação dos Depósitos Judiciais vinculados às Provisões para Contingências

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo em 31/12/2012	13.656	
Adições Líquidas	8.252	
Baixas - Provisões para Contingências	(6.441)	
Atualização - Encargos Financeiros	940	

Saldo em 31/12/2013	16.407
Adições Líquidas	1.513
Baixas - provisões para Contingências	(14.090)
Atualização - Encargos Financeiros	1.150
Saldo em 31/12/2014	4.980

14.2 Contingências de Perda Possível (não provisionadas)

Natureza	Controladora e Consolidado			
	Quantidade de Ações	Valor	Quantidade de Ações	Valor
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cível	993	1.157	22.766	18.731
Trabalhista	26	5	1.851	409
Tributária	5	5	21.719	20.821
Total	1.024	1.167	46.336	39.961

a. Classe das Ações Judiciais

Cíveis	Quantidade		Valor	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Ressarcimento de lucros cessantes	-	-	-	-
VPA'S nas capitalizações por contratos de participação financeira-PF (autofinanciamento)	945	1.120	6.136	5.968
Dividendos sobre o capital da TELEBRAS	-	-	-	-
Illegalidade na venda de ações	8	7	2.915	1.153
Execução Fiscal	5	5	13.101	11.136
Diversas classes	35	25	614	474
Total	993	1.157	22.766	18.731
Trabalhistas				
Ganhos de produtividade	-	-	-	-
Pagamento de hora extra/reflexo verbas rescisórias	-	-	-	-
Reconhecimento de direito sobre o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	1	1	20	18
Diversas classes	25	4	1.831	391
Total	26	5	1.851	409
Tributárias				
Isenção de Imposto de Importação e IPI	2	2	20.303	19.825
Pagamento de diferença referente à Taxa Referencial do exercício de 1996	1	1	1.379	970
Diversas classes	2	2	37	26
Total	5	5	21.719	20.821
Total Geral	1.024	1.167	46.336	39.961

15. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Créditos Tributários a Transferir	136.450	132.342
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	141.416	142.215
Total	277.866	274.557
Circulante	0	799
Não Circulante	277.866	273.758

Os créditos tributários a transferir referem-se à obrigação formalizada por meio do Termo de Transação e Outras Avenças, homologado em juízo, firmado com a empresa VT UM PRODUTORES E EMPREENDEMENTOS LTDA., conforme fato relevante publicado em 14/06/2006, na Gazeta Mercantil.

De acordo com as disposições do referido Termo, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a esta obrigação, no montante de R\$ 136.450 mil em 31/12/2014 (R\$ 132.342 mil em 31/12/2013), refere-se a saldos de créditos de processos de pedidos de restituição/compensação à Receita Federal, que somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

Em outro processo, a Companhia firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI - para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de R\$ 141.416 mil em 31/12/2014 será pago em 30 (trinta) prestações semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

16. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 807.740 mil em 31/12/2014 (R\$ 419.872 mil em 31/12/2013), corrigido pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - no total de R\$ 240.380 mil, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363 e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13/11/2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial por rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15/12/2017 e a última em 15/12/2024.



18. RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE
O total de R\$ 94.199 mil corresponde aos valores repassados pelo Ministério da Defesa - referentes à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), conforme respectivo Contrato.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social, em 31/12/2014, no valor R\$ 263.145 (R\$ 263.145 em 31/12/2013), subscrito e integralizado, compõe-se de 118.442.718 (118.442.718 em 31/12/2013) unidade de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	Quantidade - Unidade	
	31/12/2014	31/12/2013
Capital total em ações		
Ordinárias	97.439.719	97.439.719
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total	118.442.718	118.442.718
Ações em tesouraria		
Ordinárias	1.936	1.936
Total	1.936	1.936
Ações em circulação		
Ordinárias	97.437.783	97.437.783
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total	118.440.782	118.440.782
Valor Patrimonial por ação em circulação	0,98432	0,98432

A partir de 24/01/2011, as ações de emissão da TELEBRAS passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA (site: www.bmfbovespa.com.br) na forma unitária. Dessa forma o preço de 1 (uma) ação a partir de 24/01/2011 corresponde ao preço de 10.000 (dez mil) ações anteriores ao agrupamento.

19.2 Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia - e a existência de prejuízos acumulados - não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

19.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor referente ao Ajuste de Avaliação Patrimonial corresponde a perdas por ajuste ao valor de mercado de ações e títulos destinados à venda de R\$ 701 mil em 31/12/2014 (R\$ 701 mil em 31/12/2013).

A TELEBRAS registrou o valor de R\$ 2.617 mil em 31/12/2014 (R\$ 4 em 31/12/2013) referente à sua participação sobre o saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial da coligada VISIONA, avaliada por equivalência patrimonial.

19.4 Ações em Tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 22/05/1998.

20. PARTES RELACIONADAS

20.1 TELEBRAS COPA

A TELEBRAS possui saldos a receber da controlada TELEBRAS COPA, referente ao pagamento de despesas operacionais da Controlada, que serão reembolsadas e estão demonstradas no quadro a seguir.

Descrição	Controladora			
	Saldo 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2014
Outros ativos	9	552	9	552

20.2 VISIONA

A Companhia possui saldo a pagar decorrente dos serviços prestados pela coligada VISIONA referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas. Os valores a pagar e os saldos já incorporados ao Imobilizado estão apresentados a seguir.

Descrição	Controladora e Consolidado	
	Saldo 31/12/2013	Saldo 31/12/2014
Imobilizado	70.914	803.585
Fornecedores	(29.805)	(208.490)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata de R\$ 143.795 mil em 31/12/2014 (R\$ 445.500 mil em 31/12/2013), as quais estão avaliadas ao custo, acrescidas de rendimentos até a data do Balanço. As taxas negociadas são compatíveis com as condições de mercado. Além disso, possui equivalentes à caixa de R\$ 3.423 mil em 31/12/2014 (R\$ 3.717 mil em 31/12/2013).

As operações em mercados derivativos serão utilizadas para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de suas carteiras (Fundos aplicados no Banco do Brasil).

Considerando o saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 1998, o único ativo financeiro avaliado pelo valor de mercado acionário corresponde às ações destinadas à venda no montante de R\$ 2.048 mil em 31/12/2014 (R\$ 2.048 mil em 31/12/2013), que estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC -, conforme movimentação abaixo:

21.1 Movimentação das Ações e Títulos Destinados à Venda - Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2014
Saldo em 31/12/2013	2.048	
Perdas por ajuste ao valor de mercado - (AVP)		0
Saldo em 31/12/2014		2.048

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015041300069

22. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

a. Receita Operacional

Reconhecimento das Receitas de Serviços de Telecomunicações
A receita de serviços de telecomunicações é reconhecida à medida que os serviços são prestados, sendo o faturamento efetuado mensalmente. As receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações estão sendo apresentadas líquidas dos tributos e descontos concedidos (créditos por interrupção do serviço), incidentes sobre as mesmas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Receita Bruta de Serviços de Telecomunicações	155.543	43.967
Tributos sobre Serviços de Telecomunicações	(8.932)	(13.116)
Receita Líquida Total	146.611	30.851

b. Custos dos Serviços Prestados

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Pessoal	(5.423)	(4.625)
Materiais	(629)	(107)
Serviços de Terceiros	(81.475)	(14.321)
Aluguel, Arrendamentos e Seguros	(20.323)	(27.062)
Tributos	(529)	(929)
Depreciação/Amortização	(62.718)	0
Total	(172.990)	(47.044)

c. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Pessoal	(26.587)	(27.110)
Materiais	(277)	(216)
Serviços de Terceiros	(27.934)	(9.822)
Aluguel, Arrendamentos e Seguros	(7.063)	(5.578)
Tributos	(241)	(146)
Depreciação/Amortização	(1.802)	(3.310)
Total	(63.904)	(46.182)

d. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

	Consolidado	
	2014	2013
Contingências	22.705	14.263
PISP-Programa de Indenização por Serviços Prestados	0	(20.341)
Receitas Diversas	2.453	789
Despesas Diversas	(1.759)	(99)
Total	23.399	(5.388)

e. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Encargos sobre Contingências	(32.236)	(33.603)
Juros s/ Recursos p/ Aumento de Capital	(58.405)	(22.650)
Equivalentes de Caixa	18.852	(17.905)
Outras Receitas	9.934	14.061
Outras Despesas	(4.101)	(7.434)
Total	(65.956)	(67.531)

f. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRAS, em rigorosa observância ao que determina o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST -.

No exercício de 2014, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 20.805,84 e R\$ 1.888,00, respectivamente, e o salário médio foi de R\$ 11.346,92.

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2014, foi de R\$ 36.167,23.

23. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28/12/1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13/01/2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em "Plano PBS-A" e "Planos de Patrocinadoras". A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º/02/2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

1. PBS - A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31/01/2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

2. PBS - TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um Capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autoprocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Atualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 31/12/2014, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes.

PBS - TELEBRAS e PBS - A

	PBS - TELEBRAS		PBS-A	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisões matemáticas e fundos	293.263	277.302	9.979.717	9.429.349
Outros exigíveis	9.225	9.010	330.710	321.521
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	302.487	286.312	10.310.428	9.750.870
(-) Total dos ativos dos planos	339.375	321.332	12.564.390	11.586.687
(=) Superávit acumulado	36.888	35.020	2.253.962	1.835.817

3. PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991 com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS - Assistedos e PBS - Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

	31/12/2014	31/12/2013
Fundo de assistência financeira	291.108	435.332
Outros exigíveis	53.926	47.130
Total dos fundos e outros exigíveis	345.033	482.462
Total dos ativos do plano	345.033	482.462

4. TELEBRASPREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3/12/2002, na modalidade de contribuição variável, para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios definidos de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRAS.

É custeado pelos participantes e pela TELEBRAS, esta no limite de até 8% (oito por cento) dos salários de participação dos integrantes do Plano.

Em 31/12/2014 e 31/12/2013, o plano apresentava as seguintes posições contábeis:

	31/12/2014	31/12/2013
Provisões matemáticas e fundos	461.003	446.114
Outros exigíveis	5.934	5.869
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	466.937	451.983
(-) Total dos ativos do plano	637.351	605.314
(=) Superávit acumulado	170.413	153.331

Durante o exercício de 2014, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 1.083 (R\$ 934 em 2013).

b. Informações sobre os Planos de Benefícios Pós-emprego. Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no Balanço.

1. Movimentação do Valor das Obrigações Atuariais

QUADRO Nº 1 - VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
1. Valor dos ativos a mercado 1	11.741.836.438,88	295.813.462,06	557.396.176,63
2. Exigível operacional 2	30.385.298,30	204.246,70	529.268,70
3. Exigível contingencial 2	300.324.995,82	9.020.272,35	5.405.231,02
4. Fundos 2	3.485.413.360,11	136.165.613,26	156.123.082,63
5. Valor justo dos ativos do plano	7.925.712.784,65	150.423.329,75	395.338.594,28

(1) Valor informado pela Telebras, o qual não foi objeto de avaliações por parte deste relatório.

A parte relativa à Telebras no plano PBS-A é de 8,61%.

(2) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

QUADRO Nº 2 - COMPOSIÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
1. Renda variável	6,70%	4,26%	5,25%
2. Renda fixa	95,55%	83,95%	78,55%
3. Fundos de investimentos - outros fundos	-	3,34%	3,12%
4. Fundos emergentes	-	0,29%	0,64%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015041300070

5. Fundos de renda variável	-	6,86%	8,54%
6. Fundos imobiliários	-	-	-
7. Operações à vista	0,37%	4,35%	4,86%
8. Contas a pagar/receber	-2,62%	-3,05%	-0,97%

QUADRO Nº 3 - DADOS DE ENTRADA

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
1. Taxa de desconto no início do exercício (custo dos juros)	12,71%	12,71%	12,71%
2. Tx. rendimento esperada s/ ativos do plano no início exercício	12,71%	12,71%	12,71%
3. Custo do serviço corrente	-	9.375,44	72.316,73
4. Benefícios pagos	-	7.236.208,10	13.222.695,16
5. Contribuições recebidas pelo fundo	42.994.980,57	5.316,47	2.156.150,98
6. Despesas administrativas	-	-	-
7. Valor presente da obrigação em 31/12/2013	509.458.949,53	131.700.397,69	263.326.934,81
8. Valor presente da obrigação em 31/12/2014	533.099.527,98	145.934.283,90	288.191.661,50
9. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2013	644.401.874,35	149.560.590,49	389.678.736,99
10. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2014	682.630.961,04	150.423.329,75	395.338.594,28

QUADRO Nº 4 - CONCILIAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
1. Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2013	509.458.949,53	131.700.397,69	263.326.934,81
2. Custo dos juros	64.747.861,33	16.737.990,56	33.466.594,07
3. Custo do serviço corrente	-	9.375,44	72.316,73
4. Contribuições recebidas pelo fundo	-	-	-
5. Benefícios pagos pelo fundo	(42.994.980,57)	(7.236.208,10)	(13.222.695,16)
6. Despesas administrativas pagas pelo fundo	-	-	-
7. (Ganhos/Perdas) atuariais sobre a obrigação atuarial	1.887.697,68	4.722.730,31	4.548.511,05
8. Valor presente da obrigação em 31/12/2014	533.099.527,98	145.934.283,90	288.191.661,50

QUADRO Nº 5 - CONCILIAÇÃO DE ATIVOS DO PLANO

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
1. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2013	644.401.874,35	149.560.590,49	389.678.736,99
2. Rendimento esperado dos ativos do plano	81.897.949,26	19.007.867,82	49.524.824,03
3. Contribuições recebidas pelo fundo	-	5.316,47	2.156.150,98
4. Benefícios pagos pelo fundo	(42.994.980,57)	(7.236.208,10)	(13.222.695,16)
5. Despesas administrativas pagas pelo fundo	-	-	-
6. Ganhos/Perdas) atuariais s/ ativos do plano	(673.882,00)	(10.914.236,93)	(32.798.422,56)
7. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2014	682.630.961,04	150.423.329,75	395.338.594,28

QUADRO Nº 6 - GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
1. Valor Líquido acumulado dos ganhos e (perdas) atuariais e do serviço passado em 31/12/2013	-	-	-
2. Ganhos/Perdas) atuariais não reconhecidos em 31/12/2013	-	-	-
3. Ganhos/Perdas) atuariais para o ano sobre a obrigação	(1.887.697,68)	(4.722.730,31)	(4.548.511,05)
4. Ganhos/Perdas) atuariais para o ano sobre os ativos do plano	(673.882,00)	(10.914.236,93)	(32.798.422,56)
5. Ganhos/Perdas) atuariais do exercício	(2.561.579,68)	(15.636.967,24)	(37.346.933,61)
6. Ganhos/Perdas) atuariais e serviço passado não reconhecidos em 31/12/2014	-	-	-

QUADRO Nº 7 - CÁLCULO DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DESCOBERTA

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
1. Valor presente da obrigação em 31/12/2014	533.099.527,98	145.934.283,90	288.191.661,50
2. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2014	(682.630.961,04)	(150.423.329,75)	(395.338.594,28)
3. Valor presente da obrigação descoberta	-	-	-

QUADRO Nº 8 - CÁLCULO DA DESPESA DO EXERCÍCIO

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
1. Custo do serviço corrente	-	9.375,44	72.316,73
2. Custo dos juros	64.747.861,33	16.737.990,56	33.466.594,07
3. Rendimento esperado dos ativos do plano	(81.897.949,26)	(19.007.867,82)	(49.524.824,03)
4. Custo dos serviços passados (benefícios não adquiridos)	-	-	-
5. Custo dos serviços passados (benefícios adquiridos)	(17.150.087,93)	(2.260.501,83)	(15.985.913,23)
6. Despesa reconhecida na demonstração do resultado	-	-	-

QUADRO Nº 9 - MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
1. Passivo/(ativo) líquido reconhecido em 31/12/2013	(134.942.924,81)	(17.860.192,80)	(126.351.802,18)
2. Despesa do ano	(17.150.087,93)	(2.260.501,83)	(15.985.913,23)
3. Pagamento de contribuições	-	(5.316,47)	(2.156.150,98)
4. Perdas/(ganhos) atuariais do exercício	2.561.579,68	15.636.967,24	37.346.933,61
5. Passivo/(ativo) líquido em 31/12/2014	(149.531.433,06)	(4.489.043,85)	(107.146.932,78)
6. Ajuste do teto de ativo	149.531.433,06	4.489.043,85	107.146.932,78
6. Passivo/ativo líquido	-	-	-

QUADRO Nº 10 - DESPESA PROJETA PARA 2015

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
1. Juros sobre obrigações atuariais	71.210.795,23	19.493.726,79	38.496.296,31
2. Rendimento esperado dos ativos	(91.185.024,62)	(20.093.367,88)	(52.808.855,02)
3. Custo do serviço corrente	-	10.627,79	81.976,71
4. Total da despesa	(19.974.229,39)	(589.013,30)	(14.230.582,00)

QUADRO Nº 11 - OBRIGAÇÃO ATUARIAL, VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO E SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ATUAL E ANTERIORES - PLANO DE BENEFÍCIOS PBS-A

Rubrica	2014	2013	2012
Obrigação atuarial (A)	533,10	509,46	486,01
Valor justo (B)	682,63	644,40	597,69
Resultado (B - A) (+) Superávit/(-) Déficit	149,53	134,94	111,68

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



QUADRO Nº 12 - OBRIGAÇÃO ATUARIAL, VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO E SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ATUAL E ANTERIORES - PLANO DE BENEFÍCIOS

PBS-TELEBRAS

Valores em R\$ milhões

Rubrica	2014	2013	2012
Obrigaçao atuarial (A)	145,93	131,70	145,86
Valor justo (B)	150,42	149,56	153,91
Resultado (B - A) (+) Superávit/(-) Déficit	4,49	17,86	8,05

QUADRO Nº 13 - OBRIGAÇÃO ATUARIAL, VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO E SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ATUAL E ANTERIORES - PLANO DE BENEFÍCIOS TELEBRAS PREV

Valores em R\$ milhões

Rubrica	2014	2013	2012
Obrigaçao atuarial (A)	288,19	263,33	274,25
Valor justo (B)	395,34	389,68	333,82
Resultado (B - A) (+) Superávit/(-) Déficit	107,15	126,35	59,57

QUADRO Nº 14 - Premissas Atuariais

Plano PBS-A

i) Premissas Biométricas:

✓Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina

✓Tábua de entrada em invalidez: Não aplicável

✓Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina

utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

✓Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,20%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2014, com vencimento em 2024, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo;

✓Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 12,71%, composta pela inflação (5,86%) mais juros de 6,47% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2013, como expectativa para 2014 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício;

✓Taxa nominal do custo dos juros: 12,71%, composta pela inflação (5,86%) mais juros de 6,47% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2013, como expectativa para 2014 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivos e ativo no referido exercício.

✓Taxa de Rotatividade: 0,00%;

✓Taxa real de crescimento salarial: 0,00%

✓Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%

✓Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%

✓Fator de Capacidade para salários: 100,00%

✓Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%

✓Taxa esperada de inflação no longo prazo: 6,74%, obtida em pesquisa no site do BACEN

Outras Premissas:

✓Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada

✓Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

Plano PBS-Telebras

iii) Premissas Biométricas:

✓Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina

✓Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca

✓Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina

utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

iv) Premissas Econômicas:

✓Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,20%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2014, com vencimento em 2024, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo;

✓Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 12,71%, composta pela inflação (5,86%) mais juros de 6,47% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2013, como expectativa para 2014 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício;

✓Taxa nominal do custo dos juros: 12,71%, composta pela inflação (5,86%) mais juros de 6,47% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2013, como expectativa para 2014 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e no ativo no referido exercício;

✓Taxa de Rotatividade: 0,00%;

✓Taxa real de crescimento salarial: 0,00%

✓Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%

✓Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%

✓Fator de Capacidade para salários: 100,00%

✓Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%

✓Taxa esperada de inflação no longo prazo: 6,74%

Outras Premissas:

✓Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada

✓Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

Plano Telebras PREV

v) Premissas Biométricas:

✓Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina

✓Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca

✓Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina

utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

vi) Premissas Econômicas:

✓Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,20%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2014, com vencimento em 2024, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo;

✓Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 12,71%, composta pela inflação (5,86%) mais juros de 6,47% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2013, como expectativa para 2014 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício;

✓Taxa nominal do custo dos juros: 12,71%, composta pela inflação (5,86%) mais juros de 6,47% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2013, como expectativa para 2014 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício

✓Taxa de Rotatividade: 0%;

✓Taxa real de crescimento salarial: 0,00%

✓Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%

✓Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%

✓Fator de Capacidade para salários: 100,00%

✓Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%

✓Taxa esperada de inflação no longo prazo: 6,74%

Outras Premissas:

✓Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada

✓Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1 Composição do Quadro de Pessoal da TELEBRAS incluindo empregados cedidos e requisitados

Em 31/12/2014, estavam cedidos 55 empregados à ANATEL (58 em 31/12/2013) e 22 para outros órgãos governamentais (23 em 31/12/2013), com ônus para os cessionários, de acordo com o Decreto nº 4.050, de 12/12/2001, do total de 355 empregados da TELEBRAS.

Em 31/12/2014, contava ainda com 82 contratados "ad nutum" (100 em 31/12/2013).

24.2 Remuneração dos Administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores:

	2014	2013
Remuneração	2.480	2.032
Benefícios de curto prazo	196	575
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	116
Total	2.676	2.723

24.3 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros de vida para cobertura dos empregados e diretores, cujos custos são compartilhados de forma proporcional. Os gastos na demonstração do resultado referentes a esse benefício em 31/12/2014 foram de R\$ 105 mil (R\$ 58 em 31/12/2013).

25. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de março de 2015.

ADMINISTRAÇÃO

PAULO EDUARDO HENRIQUES KAPP
Diretor Técnico-Operacional

FRANCISCO ZIOBER FILHO
Presidente-Interino
Diretor Comercial
Diretor de Relações com Investidores

MÁRCIO ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS
Diretor Administrativo-Financeiro - Interino

ALBERTO CARLOS DE AGUIAR RODRIGUES
Contador CRC/DF 9.440/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases**Demonstrações Individuais**

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, letra "b", as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. No caso da empresa TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS, essas práticas diferem da IFRS, aplicável as demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS possui registrado, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 154.634 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Compõem também este valor R\$ 12.147 mil referente a ICMS que a empresa não vem aproveitando em virtude da não parametrização no SAP do controle fiscal do CIAP, assim por decisão da diretoria, pelo fato do tempo para aproveitamento estar quase prescrevendo o valor foi incorporado ao custo do imobilizado, em consonância à orientação do CPC 27, que diz que os tributos não recuperáveis integram o valor do bem.

Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu a empresa VT UM PRODUTORES E EMPREENDIMENTOS LTDA, parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública - ACP nº 21032-95/2011.4.01.3400 - Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2, "a", a TELEBRAS efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 31.12.2014, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 27.406 (R\$ 1.985 em 31/12/2013). As Demonstrações Contábeis da Coligada foram revisadas pela empresa KPMG Auditores Independentes.

A TELEBRAS divulga nessa mesma nota explicativa, letra "b", que em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014; e com funcionamento previsto por tempo determinado, desde sua criação até o término dos dois eventos. No entanto, conforme nota explicativa nº 1.2, letra "a", ocorre que, do ponto de vista da Controlada, os eventos ainda não terminaram, em virtude de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembleia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31/10/2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da "Duração da Sociedade". Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer ainda em 2015. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Imobilizado

A Companhia divulga em nota explicativa nº 3.7 e 10.3 que os bens do Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição. Como evento subsequente, a Companhia elaborou a Nota Técnica nº 010/2015 esclarecendo a respeito das premissas de reconhecimento dos bens constantes do Ativo Imobilizado, bem como, critérios de depreciação e determinação de valor recuperável, que deverá ser revisto no exercício de 2015, em razão dos bens terem entrado efetivamente em operação em 01/01/2014. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o saldo de R\$ 807.740 mil (R\$ 419.872 em 31/dez./13), corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2013, apresentados para fins de comparação foram por nós auditados, e, emitimos relatório datado de 24 de março de 2014, sem modificação na opinião, e com ênfases semelhantes às aqui apresentadas.

Brasília-DF, 17 de março de 2015.
MACIEL AUDITORES S/S EPP
CRC/RS 5.460/O-0 - "S" - DF

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O - 3 - "S" - DF
Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC/RS 65.932/O - 7 - "S" - DF
Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras, nesta data, em cumprimento ao determinado nos incisos II e VII do Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e nos incisos II e VII do Artigo 42 do Estatuto Social da Empresa, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, bem como a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2014. Baseados nos exames efetuados e levando em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes (MACIEL AUDITORES S/S EPP) e seus parágrafos de ênfase, o Conselho Fiscal considera que as citadas demonstrações representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e opina no sentido de que as mesmas podem ser encaminhadas para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Brasília-DF, 23 de março de 2015.
ULYSSES CESAR AMARO DE MELO
Presidente do Conselho

LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES
Conselheira

MÁRCIA RIBEIRO ABREU
Conselheira

AMIR GEORGE FRANCIS MATTA
Conselheiro

ANTÔNIO CARLOS DA SILVA ESTEVÃO
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, tudo quanto pontificado pelo Estatuto Social da Companhia como sendo de sua competência, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (Demonstrações Contábeis Anuais de 2014). Com base no acima especificado e considerando ainda as informações prestadas pela Diretoria da Telebras e pelos Auditores Independentes (MACIEL AUDITORES S/S EPP), opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e determinam o encaminhamento dos documentos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Brasília-DF, 23 março de 2015.
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Presidente

FRANCISCO ZIOBER FILHO
Conselheiro

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
Conselheiro

LUIZA AMÉLIA TAVARES DE SOUZA
Conselheira

DEMI GETSCHKO
Conselheiro

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS
Conselheiro

LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro

RAFAEL RODRIGUES ALVES DA ROCHA
Conselheiro